



Universidade de Aveiro

Ano 2021

**CLÁUDIA SOFIA VAZ
LEMONS PIRES
BATISTA**

**A IMPORTÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS
ANALÍTICOS NA AUDITORIA**



**CLÁUDIA SOFIA VAZ
LEMONS PIRES
BATISTA**

**A IMPORTÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS
ANALÍTICOS NA AUDITORIA**

Relatório de Estágio apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica do Mestre Professor Adjunto Convidado Gilberto de Carvalho Fernandes, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho, a ti, meu avô, pelo teu humor tão característico, por todas aquelas gargalhadas e vitalidade que sempre tiveste. Dedico às minhas avós que sempre mostraram as guerreiras que são, mesmo quando a vida nem sempre lhes sorriu.

Aos meus pais e irmãos que sempre têm uma palavra de apoio.

o júri

Presidente: Professora Doutora Cecília Margarita Rendeiro do Carmo,
Professora Adjunta, Universidade de Aveiro

Vogais: Mestre António Rodrigues Neto,
Especialista, ISCA, Universidade de Aveiro

Professor Especialista Gilberto de Carvalho Fernandes,
Professor Adjunto Convidado, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Agradeço à entidade que me acolheu CFA – Cravo Fortes Antão & Associados, SROC Lda., especialmente ao responsável pelo estágio Dr. João Paulo e à equipa que me acompanhou durante o estágio, Sérgio Marques, Luc Pedrinho e Rui Tavares, sem dúvida que são uns excelentes profissionais e colegas de trabalho.

Expresso de igual forma uma enorme gratidão ao meu orientador, Gilberto Fernandes, por todos os conhecimentos transmitidos e orientação na conclusão do relatório.

Um obrigado muito especial à minha família, especialmente aos meus pais, António e Emília, e irmãos, Eduardo e Leonor, pelo apoio incondicional e acreditarem sempre nos meus sonhos, e por último, mas não menos importante, ao meu namorado, André Pereira, pela compreensão e pelo seu valioso apoio.

palavras-chave

Procedimentos Analíticos, Auditoria Financeira, Certificação Legal das Contas, Papel de Trabalho

Resumo

O presente relatório constitui, antes de mais, uma das condições para terminar o Mestrado em Contabilidade, Ramo de auditoria, ministrado pelo ISCA-UA. Traduz e expressa, obviamente, as atividades desenvolvidas e as competências adquiridas, numa vivência equilibrada, entre a Academia e a Prática Real, que tive a oportunidade de experienciar no estágio curricular realizado na empresa CFA – Cravo, Fortes, Antão & Associados SROC, Lda.

Centrou-se, como o título indica, na importância dos procedimentos analíticos em todo o processo (fases) de auditoria financeira. Assim, durante o seu desenvolvimento foram estudados alguns conceitos fundamentais à compreensão da temática, desde logo, entre outros, o de “auditoria financeira”, “procedimentos analíticos”, “materialidade” e “fases da auditoria”.

No sentido de fazer a ligação à atividade concreta e real de auditoria, centrámos a análise nalgumas áreas mais sensíveis e aliciantes, no sentido em que nos foi proporcionada a participação ativa. Uma vez que o estágio foi influenciado pelo ambiente da COVID-19, aproveitou-se a oportunidade para ilustrar algumas consequências que a pandemia fez repensar nos procedimentos de auditoria.

Como últimas palavras, não restam quaisquer dúvidas que nesta forma de aprendizagem teórico-prática, consolidada e motivadora, todas as partes ganham: o ISCA-UA, a entidade acolhedora e o aluno.

Keywords

Analytical Procedures, Financial Audit, Legal Certification of Accounts, Work Paper

Abstract

This report is, first of all, one of the conditions for completing the Master's Degree in Accounting, Audit Branch, taught by ISCA-UA. It translates and expresses, obviously, the activities developed and the skills acquired, in a balanced experience, between the Academy and the Real Practice, which I had the opportunity to experience in the curricular internship carried out at the company CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados SROC, Lda.

It focused, as the title indicates, on the importance of analytical procedures throughout the financial audit process (phases). So, during its development, some fundamental concepts to understand the theme were studied, from the outset, among others, the “financial audit”, “analytical procedures”, “materiality” and “audit phases”.

In order to make the connection to the concrete and real audit activity, we focused the analysis on some more sensitive and attractive areas, in the sense that we were given active participation. As the internship was influenced by the COVID-19 environment, the opportunity was taken to illustrate some consequences that the pandemic caused to rethink audit procedures.

As a last word, there is no doubt that in this form of theoretical-practical, consolidated and motivating learning, all parties win: ISCA-UA, the welcoming entity and the student.

Índice

Índice de Tabelas	iii
Índice de Figuras	iv
Lista de Siglas	v
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento e Conceitos Gerais	3
1.1. Conceito de Auditoria Financeira.....	4
1.2. Fases e Riscos de Auditoria.....	6
1.2.1. Fases de Auditoria	6
1.2.2. Riscos de Auditoria	8
1.3. Procedimentos Analíticos.....	10
1.4. Entidade e a sua Envolvente.....	12
Capítulo II – Procedimentos Analíticos.....	14
2.1. Materialidade e Riscos de Auditoria	15
2.1.1. Materialidade	15
2.1.2. Riscos de Auditoria	17
2.2. Fases dos Procedimentos Analíticos	19
2.2.1. Formação de Expetativas.....	19
2.2.2. Identificação das Diferenças.....	21
2.2.3. Investigação das Diferenças	21
2.2.4. Avaliação dos Resultados.....	22
2.3. Tipos de Procedimentos Analíticos	25
2.3.1. Análise de Tendências	25
2.3.2. Análise de Rácios	26
2.3.3. Testes de Razoabilidade	34
2.3.4. Análise de Regressão.....	35
2.4. Fases de Auditoria e Respetivos Procedimentos	36
2.4.1. Aceitação do Cliente.....	36
2.4.2. Planeamento	38
2.4.3. Execução da Auditoria.....	39

2.4.4. Relato de Auditoria.....	41
Capítulo III – Atividades Desenvolvidas e Trabalho de Campo	43
3.1. Caracterização da Entidade Acolhedora.....	44
3.1.1. História da CFA.....	44
3.1.2. Controlo de Qualidade e Software de Auditoria	45
3.1.3. Organização da Entidade	46
3.2. Descrição do Estágio e Atividades Desenvolvidas.....	52
3.2.1. Atividades Propostas/ Planos de Trabalho	52
3.2.2. Da Teoria à Prática: Trabalho de Campo	54
3.2.2.1. Terceiros	54
3.2.2.2. Estado e Outros Entes Públicos (EOEP)	61
3.2.2.3. Inventários	62
3.2.2.4. Investimentos.....	67
3.2.3. Considerações Finais	73
Conclusões	74
Referências Bibliográficas	76
Anexos.....	78
Anexo 1 – Notícias	I
Anexo 2 – Organigrama da Empresa CFA.....	II

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Comparação dos Quatro Tipos de Procedimentos Analíticos nas Fases do Processo de Revisão Analítica.....	24
Tabela 2 - Rendibilidade Operacional do Ativo em Função da Taxa de Remuneração do Capital Alheio.....	32
Tabela 3 - Relação da Liquidez Geral com o Ativo	33
Tabela 4 - Índice do Arquivo Geral.....	47
Tabela 5 - Índice Arquivo Corrente - Ativo	48
Tabela 6 - Índice Arquivo Corrente - Capital Próprio e Passivo.....	49
Tabela 7 - Índice Arquivo Corrente - Resultados.....	50
Tabela 8 - Índice Arquivo Permanente.....	51
Tabela 9 - Cronograma do Plano de Estágio	53
Tabela 10 - Balanço 2020 da Empresa Bota Fina, S.A.	59
Tabela 11 - Mapa de Diferenças de Saldos e Transações.....	60
Tabela 12 - Balanço 2020 da Empresa Material Alfa, S.A.	66
Tabela 13 - Papel de Trabalho dos Artigos Sem Rotação e Variação de Custos Unitários	66
Tabela 14 - Mapa de Controlo de Viaturas, Embarcações e /ou Aeronaves	72

Índice de Figuras

Figura 1 - Relação Entre Riscos	18
Figura 2 - Materialidade vs Risco de Auditoria	19
Figura 3 - Comportamento da Solvabilidade.....	29
Figura 4 - Processo para Aceitar ou Continuar um Trabalho de Auditoria.....	37
Figura 5 - Fontes de Risco.....	39
Figura 6 - Acontecimentos Subsequentes.....	42
Figura 7 - Esquema de Transações Entre Empresas.....	58
Figura 8 – Nota do Anexo: Partes Relacionadas	59
Figura 9 - Lista de Veículos da AT	71
Figura 10 - Modelo 32	72
Figura 11 - Notícia de Parceria da CFA com o ISCA-UA	I
Figura 12 - Organograma CFA.....	II

Lista de Siglas

AF	Autonomia Financeira
AFT	Ativos Fixos Tangíveis
AI	Ativo Intangível
AICPA	American Institute of Certified Public Accountants
ASD	Auditing Software Distributor S.L.
AT	Autoridade Tributária
CFA	Cravo Fortes Antão & Associados, SROC Lda.
CLC	Certificação Legal de Contas
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CP	Capital Próprio
DF	Demonstrações Financeiras
EOEP	Estado e Outras Entes Públicos
FM	Fundo de Maneio
GAO	Grau de Alavanca Operacional
IFAC	International Federation of Accountants
IRC	Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISA	Norma Internacional de Auditoria
ISQC	International Standard on Quality Control
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LG	Liquidez Geral

MS	Margem de Segurança
NCRF	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NFM	Necessidades de Fundo de Maneio
OROC	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
PCV	Ponto Crítico das Vendas
PME	Pequenas e Médias Empresas
PT	Papéis de Trabalho
RA	Risco de Auditoria
RC	Risco de Controlo
RCP	Rendibilidade dos Capitais Próprios
RCRA	Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria
RD	Risco de Deteção
RDM	Risco de Distorção Material
RI	Risco Inerente
RLP	Resultado Líquido do Período
RLV	Rendibilidade Líquida das Vendas
ROA	Rendibilidade Operacional do Ativo
ROC	Revisores Oficiais de Contas
SAFT	Standard Audit File for Tax Purposes
SS	Segurança Social

Introdução

O presente relatório de estágio tem como principal objetivo a obtenção do grau Mestre em Contabilidade – Ramo Auditoria. Apesar de existirem três vias distintas para o concluir, que são: i) dissertação, ii) projeto e iii) estágio, optei pelo estágio porque a nível pessoal tinha como objetivo integrar-me no mercado de trabalho, sobretudo para aprender como os conhecimentos teóricos são aplicados na prática. Por outro lado, a empresa proposta, devido à sua reputação e credibilidade, tornou ainda mais fácil a minha opção.

O relatório de estágio foi, portanto, a abordagem que decidi fazer, tendo sido acolhida na empresa CFA – Cravo, Fortes, Antão & Associados SROC, Lda., visto que a CFA é uma sociedade de revisores, constituindo, logo à partida, uma mais-valia para aprender e aprofundar os meus conhecimentos em contabilidade e auditoria.

Atualmente quer a contabilidade quer a auditoria estão muito dependentes da evolução tecnológica e assentam muito nos processos digitais, inclusive os arquivos e a prova de auditoria.

Com a evolução das tecnologias, da globalização da informação em formatos eletrónicos, e das organizações, o auditor tem um trabalho cada vez mais complexo, para a obtenção de evidências (provas) satisfatórias necessárias para a validação das asserções que apoiam a sua opinião, geralmente alicerçados em papéis de trabalho. A evidenciação da prova constitui um importante requisito essencial na auditoria. No sentido de obter a prova, a auditoria utiliza testes específicos sendo alguns designados de procedimentos analíticos. Contudo, nem todos os procedimentos analíticos dão origem à formalização de papéis de trabalho, apesar de aqueles estarem presentes em todo o processo de auditoria.

É usual definir-se quatro tipos de procedimentos analíticos: i) análise de tendências, ii) análise de rácios, iii) testes de razoabilidade e iv) análise de regressão.

A Norma Internacional de Auditoria (ISA) 315¹, no § A14, refere que os procedimentos analíticos executados como procedimentos de avaliação do risco podem identificar aspetos

¹ ISA 315 - Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do Seu Ambiente.

da entidade de que o auditor não tomou conhecimento e podem ajudar a avaliar os riscos de distorção material de modo a proporcionar uma base para a conceção e implementação de resposta aos riscos avaliados (International Auditing and Assurance Standards Board, 2018).

Costa A. (2007) afirma que os rácios são indicadores que traduzem relações entre dados financeiros e não financeiros de uma entidade. Esses rácios, para além da sua utilidade para a auditoria, constituem uma mais-valia tanto para o trabalho do auditor, como para a própria gestão da entidade.

Com o objetivo de estudar a importância dos procedimentos analíticos da auditoria (financeira) estruturámos o presente relatório em três capítulos, além da presente Introdução e da Conclusão. Assim, no primeiro capítulo faremos o enquadramento e apresentaremos alguns conceitos necessários à compreensão da temática, tais como, auditoria e as suas fases, tipos de riscos, procedimentos analíticos, entre outros.

No segundo capítulo iremos descrever de forma mais aprofundada o tema dos procedimentos analíticos nas várias fases de auditoria, analisando também as questões da materialidade e os riscos de auditoria. Portanto, os dois primeiros capítulos assumem-se mais teóricos.

Por último, no terceiro capítulo, de cariz mais prático, descreveremos as atividades desenvolvidas durante o estágio, com especial atenção para o trabalho de campo, tentando fazer a ligação da teoria à prática, sobretudo nas situações concretas apresentadas. Em virtude da pandemia COVID-19, sempre que se justifique, apresentaremos as dificuldades específicas inerentes ao processo de auditoria.

Finalmente, reservamos a conclusão para fazer uma avaliação do estágio e para apresentar os principais aspetos da aprendizagem (mais) prática de matérias que haviam sido estudadas durante o percurso académico (geralmente mais teóricas), bem como as dificuldades e limitações do mesmo.

Capítulo I – Enquadramento e Conceitos Gerais

1.1. Conceito de Auditoria Financeira

Para facilitar a compreensão do presente trabalho, consideramos importante começar por definir um conjunto de conceitos e a sua articulação. Começamos, como é evidente, por auditoria financeira, que ao longo do texto designaremos simplesmente “Auditoria”.

A auditoria financeira consiste em analisar riscos identificados e validar as demonstrações financeiras de uma entidade, Porém, tal como referiu Costa (2018) não podemos afirmar que exista uma definição rígida de auditoria financeira, visto que, cada vez mais, a auditoria não se limita a validar as demonstrações financeiras (DF), mas também validar e mitigar os riscos inerentes à entidade auditada. No entanto, podemos verificar que determinados termos ou expressões são utilizados por diversos autores e organismos profissionais.

As DF são destinadas a comunicar os recursos económicos ou as obrigações de uma determinada entidade, num período económico. Para que esta situação seja possível é necessário que proporcionem informação fiável, relevante e oportuna. Neste contexto, existe o risco que contenham distorções materialmente relevantes que podem levar a uma tomada de decisão errada e à ocorrência de perdas para os seus *stakeholders*.

De acordo com Almeida B. (2014) podemos verificar uma definição mais concreta sobre a auditoria financeira:

Um processo sistemático, efetuado por um terceiro independente, de obtenção e avaliação de prova em relação às asserções sobre ações e eventos económicos, para verificar o grau de correspondência entre as asserções e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores de informação financeira (p.3).

A ISA 200² (2018) estabelece que o auditor tem que ser independente para ter a capacidade de cumprir com todos os objetivos de uma auditoria financeira, esses objetivos são:

² ISA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

(a) Obter garantia razoável de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, habilitando assim o auditor a expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com um referencial de relato financeiro aplicável; e

(b) Relatar sobre as demonstrações financeiras, e comunicar conforme exigido pelas ISA, de acordo com as conclusões a que chegar (§11, p.90).

Em suma, de acordo Costa C. (2018), a auditoria tem como objetivo validar as DF de modo que os *stakeholders* tenham informação fiável, relevante e oportuna. Almeida B. (2014) tem uma visão mais geral, diz-nos que o objetivo é a obtenção e avaliação de prova de eventos económicos e verificar a correspondência para os utilizadores da informação financeira. Por fim, a ISA 200 (2018) refere que auditoria tem que ser independente e que o objetivo é ter uma garantia razoável de fiabilidade sobre as DF, não esquecendo que todo o processo de auditoria tem de estar de acordo com as leis e regulamentos em vigor.

Como podemos observar, apesar de não haver uma definição linear sobre auditoria financeira, todas as definições focam as mesmas ideias: ou seja, a auditoria consiste em proporcionar informação financeira fidedigna e fiável e que seja uma mais-valia para que os *stakeholders* possam tomar decisões económicas apropriadas e desse modo possam contribuir para a diminuição do *expectation gap*.

Para validar a informação financeira o auditor tem como missão obter prova adequada e suficiente. Para o efeito recorre aos chamados testes de auditoria. Estes são geralmente divididos em testes de controlo e testes substantivos, dependendo dos objetivos a atingir

Os testes de controlo são realizados para obter prova sobre os sistemas contabilístico e de controlo interno, identificando os encarregados, órgãos de gestão e outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca do funcionamento da entidade e a fiabilidade do relato financeiro.

Por sua vez, os testes substantivos são realizados para o auditor obter prova sobre a deteção de distorções, materialmente relevantes, nas DF e constatar a credibilidade que merece a

informação divulgada. Assim, os testes substantivos podem dividir-se em: i) teste de detalhe (de classes de transações, de saldos de contas e de divulgações) e ii) procedimentos analíticos substantivos.

Deste modo, estando analisado o conceito fundamental de auditoria financeira, passaremos a explicar de forma breve as fases da auditoria assim como os seus riscos inerentes.

1.2. Fases e Riscos de Auditoria

1.2.1. Fases de Auditoria

O manual das ISA de 2018 refere que o risco de auditoria é o risco que o auditor tem de expressar uma opinião de auditoria inapropriada quando as DF estão materialmente distorcidas.

O processo de auditoria está dividido em cinco fases. Tal como Costa C. (2018) conclui, todas elas requerem uma atenção especial. Visto que, para cada uma, é necessária a realização de procedimentos analíticos. As fases são:

- ✓ Aceitação do cliente;
- ✓ Planeamento;
- ✓ Execução da auditoria;
- ✓ Revisão global da auditoria; e
- ✓ Relato de auditoria.

De acordo com o capítulo 3, secção 2, nº 3.2.1 do Código de Ética dos ROC, o auditor deve determinar se a aceitação criará quaisquer ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais, sendo estes a integridade ou o comportamento profissional (Ordem dos Revisores Oficiais de Contas [OROC], 2008).

Como podemos verificar, no momento da aceitação o ROC tem que ter um conhecimento alargado sobre o cliente e se reúne as condições necessárias para a aceitação do trabalho.

Nesta primeira fase Costa A. (2007) recorda-nos que a realização de uma revisão analítica geral, anterior à aceitação do cliente, pode relevar-se bastante útil uma vez que poderá

auxiliar o auditor à não-aceitação do cliente por este não corresponder ao perfil de risco estabelecido pelo auditor.

Quando estamos perante um cliente de continuação, todo o processo de aceitação é mais simplificado, mas requer a formalização da fase, tal como nos refere *International Standard on Quality Control 1* (2018) (ISQC 1).

A ISA 300³ no §2 (2018) refere que o planeamento de auditoria implica estabelecer uma estratégia global de auditoria para o trabalho e desenvolver um plano. Para que tal aconteça o auditor deverá proceder à conceção de procedimentos de auditoria (testes de controlo e substantivos), sendo que essa conceção dependerá do nível de eficácia dos procedimentos analíticos aplicados.

Os procedimentos analíticos podem revelar-se uma ferramenta extremamente útil, não só na identificação de distorções materiais como também na avaliação do risco de auditoria, permitindo, deste modo, aos profissionais de auditoria, reduzir o risco da não deteção de distorções materiais nas DF e, conseqüentemente, reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável.

A fase de execução de auditoria, naturalmente, é onde os auditores despendem mais tempo do seu trabalho. Costa A. (2007) refere que os auditores devem aplicar primeiramente as técnicas de revisão analítica substantiva e só posteriormente utilizar os testes de detalhe uma vez que a intensidade e profundidade destes testes é influenciado pelos resultados obtidos pelos procedimentos analíticos.

Quando os resultados obtidos pelos procedimentos analíticos não são favoráveis, isto é, quando o auditor se depara com uma diferença significativa para a qual não possui uma explicação plausível, este irá realizar uma maior quantidade de testes de detalhe, com o objetivo de obter uma prova razoável de auditoria. Contudo, quando os resultados dos procedimentos analíticos são favoráveis o auditor poderá optar pela não realização de uma quantidade de testes de detalhe tão elevada quanto as que faria se os resultados fossem desfavoráveis. Contudo, o auditor pode procurar reduzir a quantidade de testes de detalhe de

³ ISA 300 - Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras.

modo a obter um nível de segurança aceitável que lhe permita manter um nível de risco reduzido.

Na fase final de auditoria a ISA 520⁴, §6 (2018) afirma que os procedimentos analíticos devem ser utilizados também nesta fase com o objetivo de auxiliar o auditor na formulação de uma conclusão geral quanto ao facto de as DF serem consistentes com o conhecimento que possui da entidade.

Segundo Costa C. (2018) a fase do relato de auditoria é onde se realiza a emissão de relatórios, onde o auditor expressa a sua opinião sobre a forma como as DF se apresentam num determinado momento. Esta fase nem todos os autores a consideram, uma vez que revisão global e o relato de auditoria são fases que se relacionam e, por vezes, na prática, acabam por ser muito difíceis de separar.

A utilização de procedimentos analíticos na fase final de auditoria permite ao auditor formular uma conclusão quanto ao facto de a apresentação final das DF estarem coerentes com os resultados obtidos ao longo das diferentes fases do processo de auditoria e com a compreensão do negócio do cliente, tal como Whittington (2009) concluiu na sua investigação.

1.2.2. Riscos de Auditoria

Como é de conhecimento geral, o trabalho de auditoria tem sempre subjacente, nas suas diversas fases, vários riscos que seguidamente trataremos.

O risco de auditoria (RA) é quando o auditor reconhece determinado nível de incerteza ao realizar a auditoria sobre a apresentação adequada das DF, a eficácia da estrutura de Controlo Interno e a qualidade das provas recolhidas. Os riscos podem aparecer em qualquer fase da auditoria e compete ao auditor mitigar todos eles.

Como podemos observar na ISA 200, §13, m) (2018), o risco de auditoria é:

⁴ ISA 520 - Procedimentos Analíticos.

Risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria inapropriada quando as demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas. O risco de auditoria é função dos riscos de distorção material e do risco de deteção (p. 94).

Costa C. (2018) explica o que é o risco de auditoria e como funciona cada uma das suas componentes, que são: i) Risco de Deteção (RD), ii) Risco Inerente (RI), e iii) Risco de Controlo (RC).

No próximo capítulo iremos aprofundar este tema e explicar como se relacionam cada uma delas. Porém, é importante reter que uma boa avaliação do risco, numa fase inicial do trabalho, poderá definir todo o processo de auditoria, tornando dessa forma um trabalho mais eficaz e eficiente por parte do auditor.

A ISA 315⁵, §4, c) (2018) começa a introduzir o tema do risco e dos procedimentos de avaliação de risco, que são:

Procedimentos de auditoria executados para compreender a entidade e o seu ambiente, incluindo o seu controlo interno, e para identificar e avaliar os riscos de distorção material devido a fraude ou erro, quer a nível das demonstrações financeiras quer a nível de asserção (p. 309).

Em suma, todas as fases de auditoria e os seus riscos estão desenhados de forma a colmatar qualquer dificuldade que possa ser encontrada neste processo complexo que é a auditoria. Como podemos verificar, um bom planeamento faz toda a diferença na avaliação do risco de auditoria que por sua vez irá definir quais os procedimentos analíticos a adotar.

⁵ ISA 315 - Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do Seu Ambiente.

1.3. Procedimentos Analíticos

A ISA 520, §4 (2018) define os procedimentos analíticos, ou revisão analítica, como uma: apreciação da informação financeira através da análise de relações plausíveis não só entre dados financeiros como também não financeiros. Os procedimentos analíticos também abrangem a investigação que for necessária sobre flutuações ou relações identificadas que sejam inconsistentes com outra informação relevante ou que difiram de valores esperados numa quantia significativa. (p. 506)

Vendo isto de uma forma mais prática, de acordo com Costa C. (2018), os procedimentos de auditoria são tarefas que se executam com o objetivo de se obterem as provas necessárias para a emissão da Certificação Legas de Contas (CLC), ou seja, são passos detalhados que se incluem na investigação do auditor. Como sabemos, estes procedimentos variam de entidade para entidade consoante a sua complexidade e circunstâncias, por isso é que é tão importante o julgamento profissional do auditor.

Neste contexto todos os tipos de procedimentos analíticos percorrem, em termos teóricos, algumas etapas. Seguidamente analisaremos esta temática.

Assim, de acordo com estudo elaborado pela American Institute of Certified Public Accountants [AICPA] (2009), os procedimentos analíticos são constituídos por quatro fases fundamentais, designadas por:

1. Formação de expetativas;
2. Identificação das diferenças;
3. Investigação das diferenças; e
4. Avaliação dos resultados.

A primeira é a **formação das expetativas** sobre as asserções a investigar, começando, assim, o processo de procedimentos analíticos. Sem esta fase, este processo deixa de fazer sentido, visto que é necessário fixar uma expectativa razoável, para sabermos o que está a ser testado e não se correr o risco de efetuar trabalho que depois não sirva para retirar qualquer conclusão.

Expetativas formuladas pelo auditor são influenciadas por diversos fatores, nomeadamente: a natureza da conta/ asserção, a precisão inerente ao tipo de procedimentos aplicado e as características dos dados utilizados para formular a expetativa, tal como refere AICPA (2009).

A não esquecer que quanto mais fiáveis forem os dados utilizados pelo auditor e quanto maior for o seu nível de desagregação, mais precisa será a expetativa, isto é, mais próximo será o valor esperado do valor correto do saldo da conta ou do relacionamento em questão.

A segunda fase é a **identificação das diferenças**, na qual o auditor compara o resultado da sua expetativa ou teste com o valor do saldo, começando a aplicar os conceitos da materialidade para atribuir importância, ou não, às diferenças encontradas.

A comparação pode ser efetuada entre diversas situações: os dados do cliente de períodos anteriores; os próprios dados do setor; também podemos ter em consideração as estimativas calculadas pelo cliente ou as estimativas calculadas pelo auditor; e por fim, ter em conta os dados expectáveis de acordo com dados não financeiros Arens et al., (2014).

Passando para a terceira fase do processo, **investigação das causas**, que consiste em tentar explicar as diferenças que foram detetadas. Essas diferenças podem ter uma natureza que afete a previsibilidade tal como uma grandeza de subjetividade na sua determinação.

Como sabemos, as causas das diferenças nem sempre são distorções ou erros. Por vezes, podem resultar de uma mudança significativa na empresa ou no setor; ou de transações não usuais nem previstas; a mudança de legislação também poderá causar mudanças não previstas e, por fim, a afetação de um ambiente imprevisível na determinação de expetativas.

Tal como AICPA (2009) afirma: quanto maior for o nível de precisão da expetativa, maior será a probabilidade de a diferença apresentada estar relacionada com a existência de erros. Caso contrário, quanto menor for o nível de precisão da expetativa, maior será a probabilidade de a diferença encontrada ter sido causada por fatores relativos ao nível de precisão.

Por fim, a quarta fase é a **avaliação e formação da opinião do auditor**. Nesta fase tem que existir uma ponderação e reflexão sobre a relevância das diferenças encontradas, fazendo com que esta parte seja mais delicada e decisiva no processo de procedimentos analíticos.

Nesta última fase o auditor terá que ponderar a relevância das diferenças e se a sua justificação será suficiente. Para isso também é importante ter já presente o nível de materialidade da entidade auditada, visto que, se a distorção estiver acima da materialidade terá que ter uma atenção especial em todo o processo e sempre que necessário fundamentar com prova. Como podemos verificar, nesta fase é onde o julgamento profissional é imprescindível.

Passaremos a explicar os tipos de procedimentos, A AICPA (2009) divide os procedimentos analíticos de auditoria em quatro diferentes tipos, segundo a sua natureza:

1. Análise de tendências;
2. Análise de rácios;
3. Testes de razoabilidade; e
4. Análise de regressão.

Cada vez mais os procedimentos analíticos são indispensáveis para o processo de auditoria e para a escolha dos testes substantivos, apesar de que estes procedimentos devem ser também fundamentados com confirmação externa e indagações, entre outras. Cada procedimento analítico ajuda a colmatar as possíveis desvantagens e deficiências que as conclusões do auditor possam ter. Esses procedimentos ajudam também a fundamentar a avaliação do auditor.

Os diferentes tipos de procedimentos analíticos podem levar às mesmas conclusões, porém, cabe ao julgamento profissional do auditor decidir se será necessário realizar todos eles ou conjugar alguns testes, visto que a eficácia e eficiência assumem especial importância no trabalho realizado, conjugando dessa forma os meios disponíveis.

1.4. Entidade e a sua Envolvente

A compreensão de uma entidade e de tudo o que a envolve torna-se um trabalho árduo e de extrema importância, não só da empresa que é auditada, mas de todo o seu setor. Visto que nem todas as empresas têm o mesmo comportamento nem reagem a situações de crise da mesma forma, essa situação pode estar relacionada com o setor ou até mesmo com a região

ou área de impacto. Por isso, devemos ter em conta este ponto na elaboração de um trabalho de auditoria.

Almeida M. (2016) refere que o conhecimento da entidade permite ao auditor estimar o risco inerente e de controlo, considerar os riscos de negócio e a respetiva resposta do órgão de gestão, desenvolver um plano global de auditoria e o respetivo programa, determinar um nível de materialidade e estimar se se mantém ou não apropriado; por fim, apreciar a prova recolhida com o objetivo de estabelecer a sua adequação e a validade das respetivas asserções contidas nas DF.

Na fase de planeamento é onde se enquadra este processo de conhecimento. É exigido aos auditores que tenham um conhecimento alargado sobre a natureza da entidade, incluindo operações, propriedade e estruturas de governação, tipos de investimento que a entidade tem efetuado e planeia efetuar, o modo como a entidade está estruturada e como é financiada, para que o auditor consiga perceber que classes de transações, saldos de contas e divulgações terão que constar nas DF, também tem que ter conhecimento dos objetivos e estratégias da entidade e seus respetivos riscos de negócio e por fim na mensuração e revisão do desempenho financeiro da entidade, tal como referido no § 11 na ISA 315 (2018).

O §12 da ISA 315 (2018) também realça que o facto de o auditor se inteirar do controlo interno da entidade auditada é uma mais-valia para o seu trabalho, tendo em conta que a maior parte dos controlos relevantes para a auditoria se relacionam com o relato financeiro. Mas, nem todos os controlos que se relacionam com o relato financeiro são relevantes para a auditoria.

Como sabemos, quando o auditor consegue realizar uma boa pesquisa sobre a entidade e todo o seu ambiente, a auditoria será mais eficaz e eficiente, assim como a sua opinião se torne mais verdadeira e apropriada.

Estando os conceitos principais assimilados, passaremos para o segundo capítulo, onde iremos descrever de forma mais aprofundada o tema dos procedimentos analíticos nas várias fases de auditoria, estudando também as questões da materialidade e os riscos de auditoria, concretamente como ligar as fases da auditoria com os respetivos procedimentos.

Capítulo II – Procedimientos Analíticos

2.1. Materialidade e Riscos de Auditoria

Associado aos testes substantivos está sempre ligada a questão da materialidade. Assim, neste capítulo, antes de nos centrarmos no tema dos procedimentos analíticos, parece-nos importante explorar a temática da materialidade e riscos de auditoria.

2.1.1. Materialidade

A materialidade é a base da auditoria sendo por isso necessário estar bem definida. Este cálculo é feito no planeamento e com base nos dados do exercício anterior. No entanto, é normal que possa sofrer alterações ao longo do processo de auditoria. Quando isso ocorre essa mudança tem que estar bem fundamentada. Conforme as ISA 320⁶ e 450⁷ (2018), o nível da materialidade deve-se realizar não como um simples cálculo numérico, mas também como uma análise com base no julgamento do auditor, deixando em evidência as suas decisões relativamente aos valores base de cálculo, percentagens a aplicar e eventuais outros condicionamentos. Como podemos observar na ISA 320 (2018):

Determinar a materialidade envolve o exercício de julgamento profissional. Muitas vezes, o ponto de partida na determinação da materialidade para as demonstrações financeiras como um todo passa pela aplicação de uma percentagem sobre um indicador de referência escolhido. (§A3, p. 374)

As normas internacionais não são explícitas sobre os limites mínimos e indicadores para o cálculo de materialidade, com isto cada sociedade define os indicadores e limites que considera mais indicados, usando o julgamento profissional do auditor. Assim podemos corroborar como Carvalho (2017) afirma que “A determinação da materialidade é matéria do seu julgamento profissional, todavia, é influenciada pela percepção das necessidades dos utilizadores das demonstrações financeiras” (p. 10).

⁶ ISA 320 - A materialidade no Planeamento e na Execução de uma Auditoria

⁷ ISA 450 - Avaliação de Distorções Identificadas durante a Auditoria

A materialidade pode ser analisada sob duas perspectivas diferentes. Em termos quantitativos verifica-se pelo nível de distorção apurada nas demonstrações financeiras, geralmente no balanço e na demonstração dos resultados. Em termos qualitativos a materialidade reflete-se na insuficiência ou incorreção na divulgação geralmente feitas no anexo, tal como refere Costa C. (2018).

Os indicadores que mais usualmente são utilizados pelos revisores podem ser, por exemplo: resultado antes de imposto (RAI), volume de negócios, total do ativo e total de capital próprio (CP). Neste contexto, como podemos verificar na obra de Costa C. (2018), tanto se pode considerar o total do ativo e passivo corrente importantes, como o resultado bruto. Contudo, considera-se que é importante escolher entre três e quatro indicadores, dependendo da situação da entidade auditada. O julgamento profissional nesta fase é extremamente importante assim como a formalização de todos os critérios utilizados.

Também temos que referir que após o cálculo da materialidade deparamo-nos com diversas componentes como por exemplo a materialidade de execução, erro tolerável e distorção trivial. Passaremos em seguida a explicar cada termo.

A materialidade de execução consiste na quantia estabelecida pelo auditor, inferior à materialidade estabelecida para as demonstrações financeiras com vista a reduzir a possibilidade de as distorções não corrigidas e não detetadas excederem a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo, tal como podemos observar na ISA 320 (2018).

O erro tolerável é o montante que serve como referência para o cálculo das amostras de auditoria, calculado em função da Materialidade de Execução e o nível de confiança desejado. A fórmula simplificada é a seguinte:

$$\text{Erro Tolerável} = \text{Distorção Tolerável} \times (1 - \text{Coeficiente nível de confiança})$$

A distorção trivial é o montante que servirá de limiar de imaterialidade para efeitos de relato de distorções não identificadas na Declaração do Órgão de Gestão (DOG) e notas para o Relatório Conclusões e Recomendações de Auditoria (RCRA).

Como sabemos as distorções individualmente podem ser imateriais, mas em conjunto podem tornar-se materialmente relevantes. Tal como Alves (2015) refere, a importância de definir a materialidade prematuramente para reduzir o risco de não serem detetados conjuntos de distorções materiais constituído por distorções individuais imateriais.

2.1.2. Riscos de Auditoria

Como já abordámos no capítulo I, o risco de auditoria ocorre quando o auditor reconhece determinado nível de incerteza ao realizar a auditoria. Não esquecer que estes riscos podem aparecer em qualquer fase da auditoria e compete ao auditor mitigar todos eles.

Passaremos agora a explicar as componentes do risco de auditoria que interagem e influenciam o nível de risco.

O **risco de deteção** é quando o auditor não deteta a distorção através dos testes substantivos. Apesar da existência de controlos internos e de procedimentos de auditoria eficazes, existe sempre a probabilidade de não serem detetadas distorções. Estas situações é que fazem com que ocorra este tipo de risco na auditoria.

Este assunto também foi abordado por Alves (2015) o qual afirma que idealmente, no processo de auditoria, o nível de segurança terá que ser alto e o risco de auditoria por sua vez terá que ser sempre baixo. Para que isso aconteça o auditor terá que avaliar o risco inerente e de controlo e determinar o risco de deteção em função dos outros dois riscos.

O **risco inerente** é a suscetibilidade de que uma asserção relativa a cada classe de transações, conta ou divulgação de uma distorção que possa ser materialmente relevante, antes da consideração de quaisquer controlos relacionados, como podemos analisar em Costa C. (2018).

Segundo Alves (2015), a avaliação deste risco é feita com base na análise global do negócio da entidade, assim como das DF, não esquecendo o nível de saldos de conta e respetivas classes materialmente relevantes.

O **risco de controlo** é a incapacidade de o sistema de controlo interno evitar ou detetar oportunamente um erro importante. Para que sua vez seja possível proceder à correção do mesmo.

A existência de um sistema de controlo interno adequado à empresa é muito importante e ajuda a reduzir significativamente o risco, porém, este risco nunca será nulo, como podemos observar em Alves (2015).

O **risco de distorção material** consiste no risco de as DF estarem materialmente distorcidas anteriormente à auditoria, o qual se decompõe em risco inerente e risco de controlo. De forma simplificada, o RDM é:

$$RDM = RI * RC$$

Costa C. (2018) conseguiu expressar o risco de auditoria em termos matemáticos da seguinte forma:

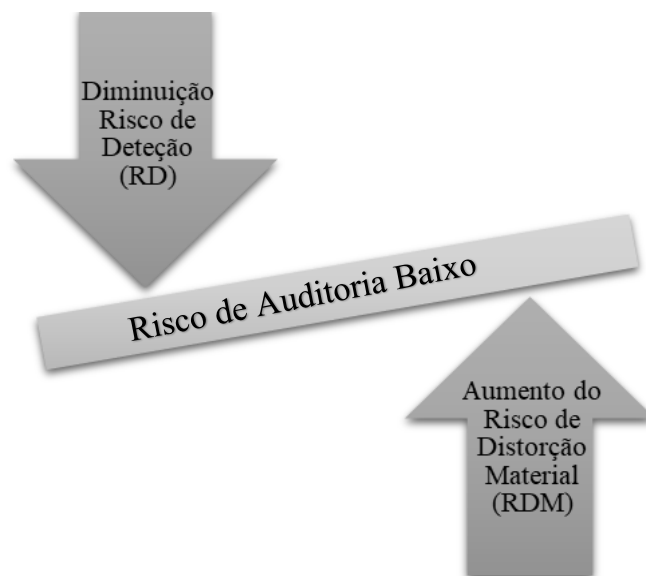
$$RA = RDM * RD$$

Ou seja,

$$RA = (RI * RC) * RD$$

O modelo de risco de auditoria, normalmente está estabelecido a um nível baixo aceitável, para isso o nível de confiança das demonstrações financeiras tem que ser alto e não conter distorções materiais. Com isto podemos analisar que estamos perante uma relação inversa entre o RD e o RDM, ou seja, quando o temos o nível elevado de RDM, o RD poderá ser baixo e vice versa. Esta relação é importante visto que o auditor deverá ter um RA aceitavelmente baixo para poder realizar o seu trabalho de forma coerente. Atente-se à figura 1 abaixo exemplificado.

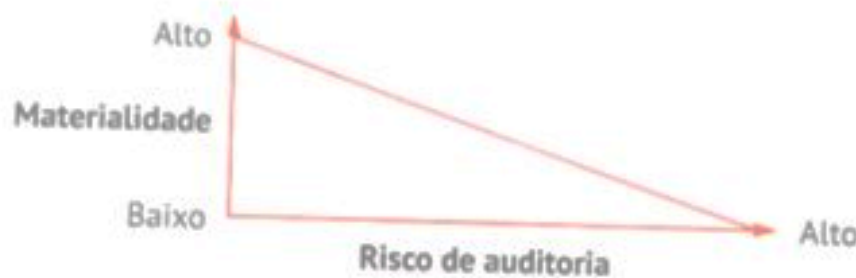
Figura 1 - Relação Entre Riscos



Nota. Elaboração Própria

Como podemos observar, na figura 2, a materialidade está relacionada com o nível de risco de auditoria que tem e com a credibilidade do seu cálculo e como podemos observar em Hayes et al., (2005), a materialidade tem uma relação inversa com o risco de auditoria, ou seja, se o RA for alto a materialidade terá que ser baixa.

Figura 2 - Materialidade vs Risco de Auditoria



Nota. Retirado de Costa C. (2018), p.252.

2.2. Fases dos Procedimentos Analíticos

Os procedimentos analíticos são essenciais para o processo de auditoria, tornando-se uma ferramenta de diagnóstico mais importante para a identificação de riscos durante a fase de planeamento (Rose et al., 2020). Tal como foi analisado no capítulo I, estes procedimentos são constituídos por quatro fases fundamentais, nomeadamente: formação de expetativas (Fase I), identificação das diferenças (Fase II), investigação das diferenças (Fase III) e, por último, avaliação dos resultados (Fase IV).

2.2.1. Formação de Expetativas

A formação de expetativas é a fase inicial e onde é necessário fixar uma expetativa razoável para sabermos o que estamos a testar e não correremos o risco de efetuar trabalho que depois não sirva para retirar qualquer conclusão.

Para poder formar expetativas o auditor tem que recorrer a diversas fontes de informação, tais como, dados disponibilizados pela própria empresa (DF de anos anteriores, dados

financeiros e não financeiros) e dados externos (informação do setor e económica), também é importante a informação macroeconómica. A experiência do auditor e o seu julgamento são dos aspetos mais importantes nesta fase.

Tal como referido anteriormente, quanto mais fiáveis forem os dados utilizados pelo auditor e quanto maior for o seu nível de desagregação, mais precisa será a expectativa, isto é, mais próximo será o valor esperado do valor correto do saldo da conta ou do relacionamento em questão.

Esta fase é das mais importantes, dado que, se não for desenvolvida uma expectativa minimamente razoável, a aplicação de procedimento analítico poderá relevar-se completamente inútil assim como o tempo e custo despendido, como mencionado pela Silva, (2010).

O nível de detalhe da informação utilizada pelo auditor é igualmente importante para a formulação de expectativas dado que é muito mais acessível efetuar uma previsão quando se está perante um nível de detalhe elevado do que quando se encontram agregados. Neste contexto, sabemos que se estivermos perante uma pequena entidade pode dificultar este processo, visto que, apresentam um nível de detalhe muito reduzido, logo irá levar o auditor a não formular uma expectativa tão detalhada.

2.2.2. Identificação das Diferenças

A fase da identificação das diferenças é aquela onde o auditor compara o resultado obtido dos testes que realizou com a sua expectativa formulada na fase anterior, tendo em conta a materialidade da empresa e importância das variações.

Segundo Pinho (2009) as “diferenças apuradas nem sempre correspondem a erros ou fraudes detetados na asserção a testar” (p. 137). Isto é, cabe ao julgamento profissional do auditor e por sua vez à sua experiência profissional, avaliar a importância dessas mesmas diferenças e formular as hipóteses justificativas que possam existir.

Depois de verificar e avaliar as diferenças, caso ele conclua que o erro decorra de uma estimativa imprecisa, deverá adotar outros métodos para que seja evitado erros nas estimativas.

Como podemos analisar em Costa A. (2007):

A informação obtida por procedimentos analíticos usada como teste substantivo deve ser corroborada com informações de outras fontes, tais como confirmações externas, inquéritos a pessoas da organização, exame de documentação de suporte, entre outros. Estas confirmações têm um peso no custo final da auditoria muito menor do que teriam na ausência dos procedimentos analíticos pois teriam de ser muito mais extensivas. (p.38)

Tendo em conta ao que já foi analisado, podemos verificar que qualquer teste e conclusão que se tire nos papéis de trabalho existentes, pelo facto de existirem confirmações externas a fundamentar essa conclusão dá mais valor à mesma.

2.2.3. Investigação das Diferenças

Na terceira fase do processo, investigação das causas, consiste em investigar os motivos que originaram a diferença quantitativa, considerada como materialmente relevante, entre a expectativa formulada pelo auditor e o valor efetivamente registado na contabilidade.

Este assunto foi estudado pela AICPA (2009) que argumentou que a diferença também pode estar relacionada com erros subjacentes aos valores registados ou com o nível de precisão da expectativa formulada pelo auditor que inclui os fatores que são inerentes às contas registadas e que, por conseguinte, as afetam e os fatores relativos à fiabilidade dos dados utilizados para formular a expectativa. Para que o erro não esteja relacionado com a expectativa do auditor, ele deve ter em conta que quanto maior for a precisão da expectativa, maior será a probabilidade de que a diferença não esteja relacionada com o auditor, mas com a empresa.

Quando as causas das diferenças não estão relacionadas com o auditor, podem estar relacionadas de forma macroeconómica, ou seja, o setor ou a economia mundial, ou podem ser mais micro, isto quer dizer, mudanças que tenham ocorrido de forma interna na empresa, para fazer face a uma mudança de legislação ou para simplesmente se adaptarem ao mercado atual.

Se a diferença não estiver justificada, então a probabilidade de existência de erros é maior pelo que o auditor deverá proceder à respetiva investigação. Segundo Hayes et al. (2005) é importante analisar as respostas da gestão para tais diferenças, sendo que o auditor deve manter o seu ceticismo profissional devendo ainda proceder à realização de outros procedimentos de auditoria com o objetivo de corroborar essas explicações.

Em suma, na fase de investigação das diferenças o auditor deve analisar que tipo de diferença temos presente, ou seja, se estamos perante uma diferença causada por uma incorreta precisão do auditor, se é devido à situação macroeconómica ou se está relacionado com a empresa e uma simples mudança de critério. Também é importante definir a relevância dessas diferenças, ou seja, o nível de materialidade e se estamos perante uma área de risco.

2.2.4. Avaliação dos Resultados

Por último, temos a fase da avaliação dos resultados. Tal como o nome indica, consiste em avaliar os resultados obtidos. O auditor deve julgar se as explicações obtidas na fase anterior são suficientes para justificar as diferenças entre o valor estimado e o registado.

Costa A. (2007) afirma que nesta fase a ponderação da relevância das diferenças, a justificação destas e formação da opinião pelo auditor é a parte mais delicada e decisiva do processo da revisão analítica nesta fase da auditoria.

O auditor terá que definir se cada diferença que não esteja devidamente justificada se é materialmente relevante ou não. Todavia, terá que quantificar o montante do que se encontra não justificado e do que se considera justificado.

A fase da investigação e da avaliação estão interligadas e por vezes o auditor acaba por fazer estas fases numa só. Visto que ao investigar as diferenças toma a decisão do que pode ser ou não relevante, projetando testes substantivos para colmatar qualquer dificuldade em avaliar os resultados.

Em suma, a desagregação das fases dos processos analíticos ajuda a explicar todo este processo. Por vezes o auditor pode não realizar explicitamente cada fase, mas indiretamente tem que passar por todas elas para concluir o processo analítico. Não esquecer que temos dois temas inerentes sempre que se fala em revisão analítica: a materialidade e o julgamento profissional do auditor. Ambos têm extrema importância e por vezes alguma subjetividade que se tenta colmatar ao longo dos tempos.

Na investigação elaborada por Andrade e Barros, (2013) podemos analisar um quadro resumo (tabela 1) que nos ajuda a relacionar as fases dos procedimentos analíticos com os tipos de procedimentos analíticos. Sendo que, neste quadro resumo, estamos perante apenas dois testes distintos: razoabilidade e regressão.

Concluindo, podemos verificar que independentemente do tipo de teste escolhido, apenas a fase I tem distinção da informação que podemos recolher, também significa que as restantes fases não dependem do teste aplicado, mas sim da análise e julgamento profissional do auditor.

Tabela 1 - Comparação dos Quatro Tipos de Procedimentos Analíticos nas Fases do Processo de Revisão Analítica

Fases do Processo de Revisão Analítica			Tipo de Procedimento Analítico	
			Testes de Razoabilidade	Análise de Regressão
Fase I: Formação de expectativas	Período de tempo		- Um único período contabilístico - Eficaz em períodos de instabilidade	- Vários períodos contabilísticos - Eficaz em períodos de instabilidade
	Expectativa implícita ou explícita		Expectativa explícita (tem em conta os factores que afectam o saldo da conta)	Expectativa explícita (tem em conta os factores que afectam o saldo da conta) - Mede a precisão da expectativa
	Factores que afectam a precisão da expectativa	Natureza da conta	- Relaciona apenas duas variáveis - Permite a utilização de dados financeiros, não financeiros ou ambos	- Permite a inclusão de várias variáveis/indicadores; - Permite a utilização de dados financeiros, não financeiros, ou ambos
		Nível de desagregação dos dados	Dados agregados/ desagregados	Dados desagregados
	Fiabilidade e dos dados	Possibilita a inclusão de dados externos	Possibilita a inclusão de dados externos	
Fase II: Identificação das diferenças			- Comparação dos valores previstos com os valores registados na contabilidade e identificação de flutuações anormais - Definição da quantia aceitável sem investigação adicional	
Fase III: Investigação das diferenças			- Análise das causas das diferenças - Indagações ao órgão de gestão para obter justificações para as diferenças identificadas - Realização de procedimentos adicionais de auditoria que corroborem as justificações obtidas	
Fase IV: Avaliação dos Resultados			- Avaliação da relevância das diferenças encontradas e das justificações obtidas dessas diferenças - Avaliação do impacto nas DF das diferenças não justificadas - Formulação de uma opinião	

Nota. Retirado de Andrade, L. A., & Barros, C. (2013), p.9.

2.3. Tipos de Procedimentos Analíticos

Os procedimentos analíticos estão definidos na ISA 520 (2018), tal como podemos verificar no capítulo anterior, refere que a análise da informação financeira não está apenas relacionada com os dados financeiros, mas também com os outros não financeiros.

Os procedimentos analíticos de auditoria estão divididos em quatro, dependendo da sua natureza, tal como referido de AICPA (2009). Para começar iremos abordar as análises de tendências e de rácios, posteriormente iremos debruçar-nos nos testes de razoabilidade e por fim na análise de regressão que se tem mostrado uma análise muito promissora.

2.3.1. Análise de Tendências

Segundo Costa A. (2007) a análise de tendências é um método onde se utiliza a comparação de itens ao longo do tempo, sendo especialmente útil na previsão de valores estimados pelo auditor. Esta análise torna-se cada vez mais precisa e útil quanto maior for o nível de detalhe que incide o teste, pode fazer-se comparações tanto a nível absoluto como a nível percentual das contas de resultados ao longo de vários períodos. Há que realçar que quanto mais desagregadas estiverem as contas a serem comparadas, mais conclusões se conseguem tirar.

Como podemos observar, no que respeita a razoabilidade das vendas do ano corrente pode ser testada de forma apropriada através da comparação com a quantidade de vendas do ano anterior, mas, para tal, é necessário que não se tenha verificado determinadas alterações, tais como, o aumento da concorrência no tipo de negócio exercido pelo cliente, alterações nas preferências demonstradas pelos consumidores, tal como referido por Almeida M. (2016).

O estudo realizado por Arens et al. (2014) refere que caso existam variações pouco significativas, considera-se que a possibilidade de distorção material é reduzida. O que nos leva a afirmar que os procedimentos analíticos constituem a evidência substantiva de que as demonstrações financeiras são adequadamente apresentadas e possibilitam a redução de quantidade de procedimentos substantivos de detalhe.

É importante lembrar que a análise de tendências é um teste preliminar que ajuda o auditor a ficar com uma ideia de como a empresa auditada está a evoluir, comparando determinadas contas com os seus períodos homólogos. Neste contexto, esta comparação afigura-se correta

quando não houver qualquer variação significativa com o ambiente em que se insere a empresa. Por exemplo, para uma empresa localizada na Serra da Estrela que tenha como atividade principal as atividades do parque de *ski*, não se pode comparar as vendas no 3º trimestre com o 1º trimestre do mesmo ano. Isto, no 3º trimestre estamos perante a época alta de verão e devido às condições climáticas não temos procura, mas no 1º trimestre essa preferência é alterada devido às condições climáticas e os consumidores têm a tendência em preferir atividades relacionadas com a neve.

Esta análise acaba por ter algumas limitações, visto que é necessário que as condições da empresa sejam muito semelhantes de um período económico para o outro, o que cada vez mais não acontece. Com a evolução dos tempos, as necessidades dos consumidores estão sempre em alteração e as empresas têm que se adaptar a essas mudanças.

2.3.2. Análise de Rácios

A análise de rácios consiste em analisar quocientes entre duas grandezas, cuja premissa essencial de detenção de valor informativo é o de possuírem significado económico, tal como nos refere Fernandes et al. (2019).

Os rácios começam a ser usados logo a partir da fase de planeamento e acompanham o trabalho do auditor até à fase da revisão final, devendo este ter um conjunto de rácios standard para permitir a análise da evolução da própria empresa ao longo do tempo, a comparação com o setor e até mesmo em empresas concorrentes.

Tal como Costa A. (2007) defende, os rácios podem ser uma fonte de evidência substantiva para o auditor, se estes forem utilizados na fase de planeamento (rácios financeiros, de rentabilidade, de produtividade e de mercado) podem e devem integrar os papéis de trabalho relativos a cada uma das asserções para as quais sejam relevantes.

Costa A. (2007) considera que os rácios podem estar desagregados em quatro categorias: i) Rentabilidade, ii) Atividade, iii) Alavanca Financeira e iv) Liquidez.

Para uma análise mais profunda, iremos abordar cada categoria onde teremos alguns exemplos de rácios que podem ser muito importantes para uma análise eficaz da empresa e sua evolução.

i) Rácios de rentabilidade

A rentabilidade consiste na capacidade das empresas para gerarem lucros, ou seja, na aptidão para obterem rendimentos superiores aos gastos, como referido na obra de Fernandes et al. (2019). Para que tal seja analisado, existem vários rácios e indicadores que nos ajudam a avaliar o desempenho da entidade.

Existem inúmeros rácios que podem ser analisados na perspetiva da rentabilidade, como a rentabilidade operacional das vendas e/ou líquida das vendas, rentabilidade do ativo e/ou do capital próprio, entre outros, sendo que cada rácio pretende analisar áreas diferentes. Portanto, não se pretende analisar todos os rácios. Iremos abordar os que consideramos mais relevantes.

Começamos por explicar a rentabilidade líquida das vendas (RLV) que avalia o retorno em termos de resultado líquido do volume de negócios, sendo que, quanto maior for o RLV, maior será a propensão para o negócio gerar resultados.

Este rácio pode ser interpretado como o ganho obtido em termos líquidos, por cada unidade monetária vendida (Fernandes et al., 2019). Também é importante realçar, que existem medidas que influenciam diretamente este rácio, como por exemplo, se diminuirmos os gastos e aumentarmos as vendas (pode ser através do aumento do preço de venda unitário e/ou a quantidade vendidas), iremos aumentar a rentabilidade das vendas.

Existem vários autores como Breia et al. (2014) e mais recentemente Fernandes et al. (2019) que reproduziram este rácio de forma matemática.

$$RLV = \frac{\textit{Resultado Líquido do Período}}{\textit{Volume de Negócios}} * 100$$

Outro rácio que poderá ser importante analisar é a rentabilidade dos capitais próprios (RCP), este rácio mede o grau de remuneração dos sócios/ acionistas das empresas, avaliando o retorno do investimento proporcionado aos detentores de capital. É importante esta análise pelo facto de que os maiores interessados na análise de uma empresa são os sócios da mesma. A fórmula abaixo representada está descrita em Breia et al. (2014):

$$RCP = \frac{\textit{Resultado Líquido do Período}}{\textit{Capital Próprio}} * 100$$

Visto que a RCP reflete o rendimento para os investidores, este pode ser influenciado pelo nível de endividamento ou por operações não recorrentes, pelo que ao fazer-se uma comparação histórica é possível identificar eventuais indicadores de alarme (Breia et al., 2014).

Outro rácio importante é a autonomia financeira (AF) avalia o grau de empenho dos sócios no financiamento dos ativos, ou seja, tal como Fernandes et al. (2019) refere é onde se determina “a independência da empresa face ao capital alheio e representa a proporção do ativo total que é financiada com capital próprio” (p. 117). A fórmula normalmente utilizada é a que se apresenta:

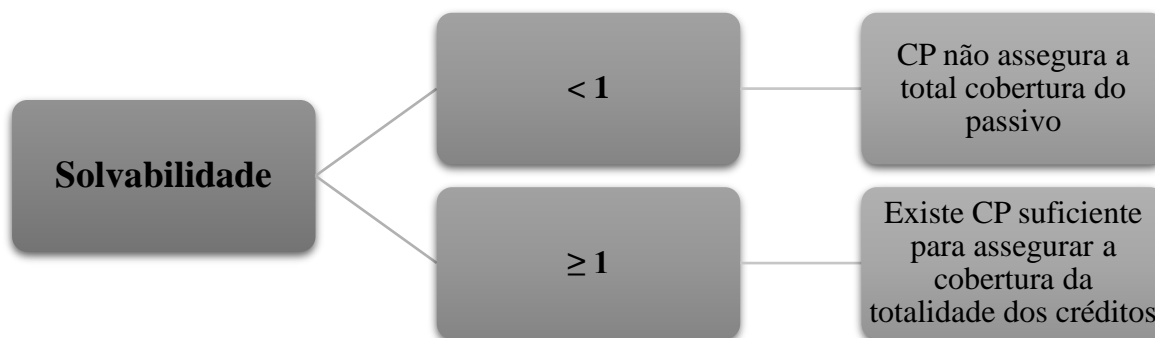
$$AF = \frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Ativo Total}}$$

Para os procedimentos de auditoria também é importante verificar o rácio da solvabilidade. Este determina de uma forma sucinta o grau de cobertura do passivo pelo capital próprio, ou seja, avalia a capacidade que a empresa tem para fazer face aos seus compromissos, tal como se encontra descrito em (Fernandes et al., 2019), e determina-se da seguinte fórmula:

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Passivo}}$$

De uma forma esquemática, irá estar explicado as possíveis situações e de como a empresa se pode comportar.

Figura 3 - Comportamento da Solvabilidade



Nota. Elaboração Própria

Academicamente é aconselhável que a solvabilidade seja sempre maior ou igual a 1, porém, tem que se ter em consideração que ao ter a solvabilidade muito elevada, não está garantida a inexistência de problemas de tesouraria no curto prazo, tal como é defendido por Breia et al. (2014).

Normalmente, quando a solvabilidade é inferior a 0,5 podemos considerar que está em risco o equilíbrio financeiro a médio e longo prazo, visto que, esta situação representa AF inferior a 33%, Fernandes et al. (2019) defende que a empresa se encontra numa situação estável quando a AF é igual ao superior a 33%. No entanto, estes limites não são uma verdade absoluta, visto que, cada empresa reage de maneira diferente às adversidades.

Muitos dos auditores têm por norma analisar estes dois últimos rácios, visto que, são relevantes para a análise do capital próprio e das entradas de fundos dos sócios, também poderá ser um indicador de que a empresa está a perder capital próprio, caso isso aconteça a empresa terá que tomar medidas extraordinárias.

Sabendo que se considera “perdida metade do capital social quando o capital próprio da sociedade for igual ou inferior a metade do capital social” (o n.º 2 do artigo 35.º do CSC⁸, Decreto-Lei n.º 262/86 de 2 de Setembro). Caso aconteça esta situação a empresa terá que colmatar de modo a inverter a situação, por exemplo, no momento a Assembleia Geral os acionistas terão que discutir as possíveis soluções, como a realização de contribuições

⁸ O artigo 35.º faz parte do capítulo III (Contrato de Sociedade), na subsecção III (Conversão do Capital) que está inserido no Código das Sociedades Comerciais (CSC), que foi aprovado no DL n.º 262/86, de 02 de setembro e teve sucessivas alterações ao longo dos tempos, sendo a última aprovada na Lei n.º 49/2018, de 14/08.

patrimoniais por parte dos sócios. Também se pode optar pela redução do capital social ou até mesmo na dissolução da sociedade. Contudo, cabe à Assembleia Geral decidir a medida a tomar. O auditor não intervém diretamente nesta situação, apenas deteta e alerta para as implicações de perda de capital, só intervém caso não seja tomada nenhuma decisão. No entanto, em qualquer dos casos, terá implicações na CLC. Atendendo à materialidade e à especificidade da empresa e do setor, o auditor terá que pelo menos expressar uma ênfase.

ii) Rácios de atividade

Os rácios de atividade podem também ser denominados por rácios de avaliação do risco económicos, visto que, este risco traduz a probabilidade do resultado operacional (EBIT) ser inadequado aos objetivos da empresa, ou seja, os rendimentos e/ou ganhos não serem suficientes para cobrir os gastos e/ou perdas operacionais da entidade (Fernandes et al., 2019).

O risco económico entende-se como a incerteza da realização e continuidade de resultados operacionais futuros, sendo que os principais fatores é a volatilidade da procura, a instabilidade dos preços de venda, a inconstância dos preços fornecidos por fatores da produção, o peso relativo dos gastos fixos operacionais e a capacidade de repercutir nos preços de venda o agravamento dos gastos com fatores de produção.

Passaremos a analisar três dos indicadores que nos podem ajudar a analisar o risco económico de uma entidade são: o ponto crítico das vendas (PCV), a margem de segurança (MS) e o grau de alavanca operacional (GAO).

O ponto crítico das vendas representa o valor das vendas que é necessário para que a entidade tenha um resultado operacional nulo, ou seja, partir desse ponto ela passa a ter lucro com cada venda que tenha. Logo, quanto maior for o PCV, maior será o nosso risco económico. Este indicador é replicado por Fernandes et al. (2019) que se traduz com a seguinte equação:

$$PCV \text{ (em valor)} = \frac{\text{Gastos Fixos}}{\frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Valor das Vendas}}}$$

A margem de segurança irá relacionar o valor das vendas, num dado momento, com o PCV, isto é, quanto maior for a diferença entre as vendas realizadas e PCV, maior será a MS e menor será o nosso risco económico.

Por último, temos o grau de alavanca operacional (GAO) que permite medir a volatilidade dos resultados operacionais face a variações ocorridas nas vendas, tal como referido por Fernandes et al. (2019). Podemos concluir que quanto maior for o GAO, maior será o risco económico a que a empresa está sujeita.

Outro autor que utiliza este rácio é Breia et al. (2014). O GAO “avalia o peso dos gastos de estrutura operacionais, identificando a sensibilidade do resultado operacional a uma variação das vendas” (p. 105). Como apresentado na seguinte forma:

$$GAO = \frac{\textit{Margem Bruta}}{\textit{Resultados Operacionais}}$$

Com isto, podemos verificar que quando o GAO é mais elevado, pode significar que está mais próximo do seu ponto de equilíbrio, ou seja, o rendimento pode ser alto, mas os custos ainda mais elevados. Porém, o GAO pode ser negativo, quando temos mais custos do que rendimentos para produzir e vender determinados produtos.

iii) Alavanca financeira

No que diz respeito à alavanca financeira, esta permite-nos analisar o nível de endividamento da empresa e o risco assumido pelos seus credores. Para isso é analisado a rentabilidade operacional do ativo (ROA) que consiste na capacidade do negócio para gerar resultados capazes de remunerar todos os capitais investidos na empresa.

Como nos rácios analisados anteriormente, ao longo do tempo vários autores referem a sua fórmula matemática, tal como, Breia et al. (2014) e Fernandes et al. (2019), da seguinte forma:

$$ROA = \frac{\textit{Resultado Operacional}}{\textit{Total do Ativo}}$$

Fernandes et al. (2019) analisa mais profundamente o efeito de alavanca financeira, ilustrando as três situações possíveis abaixo referidas, sendo que a situação 3 é, em bom rigor, um caso académico. Por seu turno, a situação 1 é a ideal para as empresas, visto que, nessa situação o recurso a endividamento permite aumentar a rentabilidade do capital próprio. Por fim, na situação 2 o recurso ao endividamento irá reduzir a rentabilidade do capital próprio. Para explicar melhor os três cenários foi elaborado um quadro resumo, infra:

Tabela 2 - Rendibilidade Operacional do Ativo em Função da Taxa de Remuneração do Capital Alheio

Situação 1:	ROA > Taxa de remuneração de capital alheio	Efeito de alavanca positivo → Nesta situação o custo do capital alheio é superado pela rendibilidade operacional do ativo
Situação 2:	ROA < Taxa de remuneração de capital alheio	Efeito de alavanca negativo → Nesta situação o custo do capital alheio é superior à rendibilidade operacional do ativo
Situação 3:	ROA = Taxa de remuneração de capital alheio	Efeito de alavanca nulo → Nesta situação o custo do capital alheio e rendibilidade operacional do ativo são iguais

Nota. Elaboração Própria

iv) Rácios de liquidez

A liquidez de uma empresa está relacionada com a capacidade de um ativo ser transformado em meios financeiros líquidos, ou seja, um ativo será tanto mais líquido quanto mais rápido e com menos custos ocorrer essa transformação (Fernandes et al., 2019).

Os rácios relativos à liquidez possibilitam ao auditor tomar conhecimento de qual a capacidade da empresa em satisfazer as suas dívidas de curto prazo e o seu nível de solvabilidade.

Começaremos por abordar o indicador que mede o montante de capitais permanentes em excesso sobre o ativo não corrente e financia parte dos ativos correntes. Este indicador designa-se fundo de maneo (FM), sendo calculado da seguinte forma:

$$FM = \textit{Ativo Corrente} - \textit{Passivo Corrente}$$

Existem vários autores, como o Breia et al. (2014) e Fernandes et al. (2019), que identificam limitações como, por exemplo, o facto de este indicador ser estático, visto que o rácio se

baseia no balanço e o facto de não estar definido qual o valor ideal para a grandeza do FM. Neste contexto, Breia et al. (2014) define como o equilíbrio financeiro mínimo deverá ser quando o FM seja maior ou igual a zero.

Ainda relacionado com o FM, podemos analisar os rácios de liquidez. Começemos pela liquidez geral (LG) que apenas tem em consideração o ativo e o passivo de curto prazo, tal como podemos ver em Breia et al. (2014), sendo que os rácios de liquidez (reduzida ou imediata) têm por base a fórmula da LG.

$$LG = \frac{\text{Total do Ativo Corrente}}{\text{Total do Passivo Corrente}}$$

Os rácios de liquidez estão relacionados com a tesouraria. Para que se entenda o impacto deste rácio teremos que começar por abordar toda a evolução da tesouraria com a seguinte fórmula:

$$\text{Tesouraria} = \text{Fundo de Maneio (FM)} - \text{Necessidades de Fundo de Maneio (NFM)}$$

Breia et al. (2014) defende que “quanto mais elevadas forem as necessidades de fundo de maneiio maior será a pressão potencial” (p.79) sobre a tesouraria da empresa; ou seja, se as NFM forem maiores que o FM iremos ter uma tesouraria negativa, significando que a empresa não possui ativos suficientes para regularizar as suas necessidades, conduzindo assim a uma situação preocupante. O ideal é a tesouraria ser positiva, levando assim a uma situação equilibrada com margem de segurança financeira.

Passemos agora a relacionar a liquidez com as respostas que podemos retirar das diversas situações da empresa auditada.

Tabela 3 - Relação da Liquidez Geral com o Ativo

LG < 1	Ativo Corrente < Responsabilidades da empresa até 1 ano	FM < 0 ⇔ FM < NFM → Os ativos são insuficientes para regularizar os passivos exigíveis
LG > 1	Ativo Corrente > Responsabilidades da empresa até 1 ano	FM > 0, mas o FM pode continuar a não superar as NFM

Nota. Elaboração Própria

Breia et al. (2014) lembrou que apesar da liquidez ser superior a 1, não é a garantia de que não existam problemas de tesouraria. Posto isto, concluímos que ao analisar a liquidez também é importante analisar a duração do ciclo financeiro, como o operacional, visto serem estes rácios que refletem o número de dias que são necessários para converter ativos em meios financeiros líquidos.

Em suma, os rácios são um procedimento importante para que o auditor tenha conhecimento mais aprofundado da empresa, embora, como já referimos, podem existir limitações como acontecimentos externos à empresa e também de estratégias e mudanças de políticas internas.

Além dos rácios e indicadores, também os testes de razoabilidade se enquadram nos procedimentos analíticos como analisaremos a seguir.

2.3.3. Testes de Razoabilidade

Os testes de razoabilidade consistem no desenvolvimento de uma expectativa através da análise de determinadas contas do balanço e das suas respetivas alterações utilizando, tanto dados financeiros como não financeiros (AICPA, 2009).

Um autor que estudou este tipo de teste é Costa A. (2007), o qual explica que os testes de razoabilidade são simples e nos permitem comparar diversas situações, como por exemplo, “o valor das vendas com a evolução do dólar ou do petróleo, com o grau de pluviosidade, inflação, aumento do poder de compra, etc” (p. 40).

Desta forma, quando o auditor aplica este tipo de testes efetua uma avaliação quanto à adequação de uma determinada conta do ano corrente, empregando o seu julgamento profissional, considerando, para tal, as mudanças verificadas no ambiente do cliente.

A grande vantagem que este procedimento tem em relação à análise de tendências é o facto de que é igualmente útil em períodos de instabilidade, uma vez que consideram as eventuais alterações ou mudanças significativas.

Como podemos ver no estudo de Andrade e Barros (2013) este teste permite-nos a inclusão de várias variáveis e/ou indicadores, assim como a utilização de dados financeiros e/ou não financeiros. Para o auditor torna-se de extrema importância o facto de se poder utilizar dados

externos e dados internos desagregados, de forma e poder-se ter uma conclusão mais próxima da expectativa e mais concreta.

Podemos perceber que se o auditor tiver um conhecimento profundo dos fatores que afetam os saldos das contas em análise este teste tornar-se-á muito eficaz. O que não podemos verificar na análise de tendências ou até mesmo na análise de rácios, visto que estas duas análises dependem muito da estabilidade dos períodos económicos e não têm em conta as eventuais alterações ou mudanças significativas (Silva, 2010).

2.3.4. Análise de Regressão

No âmbito dos procedimentos analíticos, temos, por fim, a regressão estatística. Esta é um processo analítico mais recente e não faz parte dos ditos procedimentos tradicionais de auditoria. Estamos a falar de um procedimento de escolha e extração de dados de forma informática e aleatória.

A maioria dos autores defendem que a análise da regressão estatística tem diversas vantagens e pode ser uma mais-valia para os auditores. Alguns defendem que existem cada vez mais quantidades avultadas de dados e que por sua vez podem ser alvo de situações abusivas que leva a que os métodos tradicionais não sejam suficientes para detetar (Bernardino et al., 2018). Ainda neste contexto Costa A. (2007) defende que a análise de regressão se distingue do teste de razoabilidade pelo facto de que a variável dependente pode ser explicada por várias variáveis independentes, dado que aqui nos permite incorporar no modelo várias variáveis, por exemplo, mudanças nas condições de exploração, preços dos fatores, alterações no meio envolvente, entre outros.

Esta análise também tem desvantagens. Wilson e Hudson (1989) relembram que a aplicação da regressão estatística comporta custos mais elevados relativamente a métodos não estatísticos de revisão analítica. No entanto, é importante realçar que esta referência foi de 1989 e a sociedade sofreu muitas mudanças, principalmente a nível informático, computacional e de redes. Atualmente estamos mais aptos a estas análises.

O avanço tecnológico tem proporcionado às empresas uma mudança nas operações de negócios tradicionais e está impulsionando a inovação em todos os setores. Para isso o trabalho dos auditores tem que evoluir, de forma a colmatar essas mudanças, devendo assim

aplicar procedimentos apropriados de auditoria, tendo por base ferramentas assistidas por computador (Tušek et al., 2021). Neste contexto, sabemos que existem inúmeros programas de análise de base de dados, como o *ACL (Audit Command Language)*, *Caseware IDEA*, *ActiveData*, *TeamMate Analytics* e *Picalo*, como podemos verificar numa investigação mais recente de Bernardino et al. (2018).

Como última nota respeitante à regressão, acreditamos que este tipo de método seja cada vez mais utilizado, apesar de apresentar desvantagens, visto que aos utilizadores se exige algum conhecimento técnico (estatístico) e informático e, por outro lado, a adaptação das empresas auditoras, sobretudo as que mais utilizam os métodos tradicionais.

Para finalizar, parece-nos importante referir duas ideias. A primeira é que os procedimentos analíticos são de facto muito importantes, mas são mais credibilizados se tiverem sido suportados em testes substantivos, geralmente comprovados por fontes externas à entidade. A segunda ideia tem haver, sobretudo nos clientes de continuação, a aproximação das expectativas (baseadas nas análises comparativas, quer financeiras, quer não financeiras) à realidade.

2.4. Fases de Auditoria e Respetivos Procedimentos

Analisados a temática dos procedimentos analíticos reservamos este ponto para o estudo da sua aplicação ao longo das fases de auditoria. Sabemos que o uso de procedimentos analíticos é essencial em todas as fases do processo de auditoria: aceitação do cliente, planeamento, execução da auditoria, revisão global da auditoria e por fim relato de auditoria.

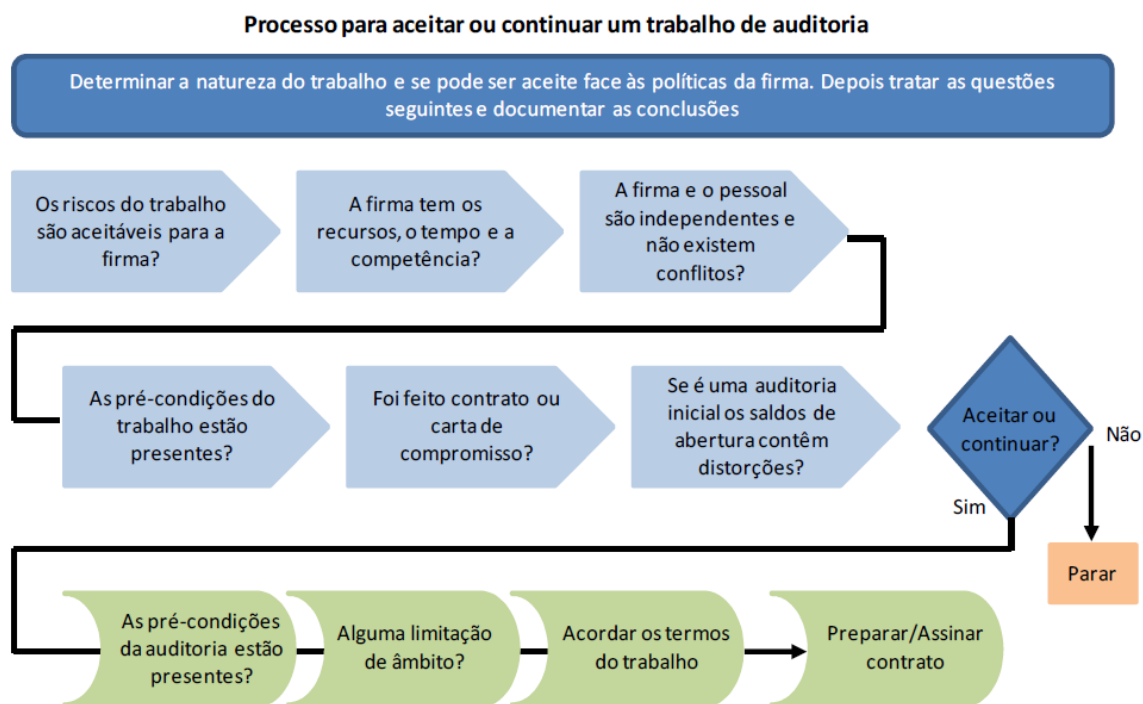
2.4.1. Aceitação do Cliente

Na fase de aceitação do cliente podemos ter duas situações distintas. A primeira é ser um cliente de continuação e o auditor já ter conhecimento da empresa. A segunda tratar-se de um cliente novo e aí ser necessário fazer todo o processo de conhecimento.

Caso a empresa seja de continuação este processo torna-se mais simples e mais curto, visto que o objetivo desta fase consiste na confirmação da continuação de auditoria e uma possível atualização dos honorários caso se verifique essa necessidade. Numa empresa nova o processo torna-se mais moroso e mais extenso, dado que existe um processo de conhecimento da entidade e de negociação.

Como podemos observar na figura 4, de uma forma prática, esta fase é como se estivéssemos a responder a diversas questões, dependendo do resultado pode ser aceite ou não. A IFAC, (2018) volta a reforçar que este momento é onde se toma uma das decisões mais importantes, visto que uma má decisão pode levar a que não se receba honorários, “ansiedade nos sócios e restante pessoal, perda de reputação e, pior que tudo, eventuais processos judiciais” (p. 28).

Figura 4 - Processo para Aceitar ou Continuar um Trabalho de Auditoria



Nota. Figura retirada de IFAC. (2018), p.28., adaptado pela OROC.

O auditor, nesta fase, terá que analisar e estudar o setor onde se encontra o cliente (ou possível cliente) para posteriormente analisar a entidade e sua envolvente, realizando procedimentos analíticos como a análise de tendências de um período económico para o outro e alguns rácios que se tornem relevantes.

2.4.2. Planeamento

Na fase de planeamento, terá que estar presente o conhecimento do cliente, do setor em que insere e das tendências de ambos, assim como do ambiente externo à entidade. Desta forma podemos verificar que o trabalho de auditoria não se baseia apenas no tratamento e análise das demonstrações financeiras.

Nesta fase é onde o auditor terá que tratar diversos tipos de dados, financeiros e não financeiros. No final desta pretende-se que esteja definido o plano de trabalhos, determinada a materialidade provisória, definidas as áreas que necessitam de maior foco e feita a avaliação do risco e controlo interno.

A IFAC ao longo dos tempos tem debatido como é que os auditores poderão, de uma forma mais eficaz e eficiente, avaliar o risco de uma empresa, uma vez que o processo de auditoria se molda consoante o nível de risco que está presente.

A figura 5 exemplifica todas as fontes de risco que poderão afetar a entidade de modo a existir uma distorção materialmente relevante nas DF. Recorde-se alguns ensinamentos da IFAC: “Os erros e fraudes nas demonstrações financeiras resultam de fatores de risco que têm a sua origem em uma ou mais de seis áreas necessárias ao conhecimento da entidade” (IFAC, 2018, p.153).

Figura 5 - Fontes de Risco



Nota. Figura retirada de IFAC. (2018), p.153., adaptado pela OROC.

Uma das formas de tratar os dados financeiros é fazer uma análise aprofundada de todos os tipos de procedimentos analíticos, ou seja, obter pelo menos as DF principais, como o balanço, a demonstração dos resultados (por naturezas ou funções). Não esquecer que a utilização do *Standard Audit File for Tax Purposes* (SAFT) e do balancete é de extrema importância para uma análise aprofundada. Deste modo, tornar-se-á possível fazer uma comparação com o período homólogo e com o setor.

Os procedimentos analíticos são de extrema importância, nesta fase, porque será o ponto de partida para perceção da evolução da entidade. Entre outros, é importante a análise de diversos rácios, como os de rendibilidade e até mesmo os de liquidez.

2.4.3. Execução da Auditoria

Na fase de execução da auditoria os procedimentos analíticos afiguram-se como testes substantivos, a par dos testes de detalhe. Ao realizar estes procedimentos temos inúmeras vantagens, como já enunciámos anteriormente.

Consideramos que os procedimentos analíticos devem ser utilizados de forma conjugada e não individual, dado que é mais eficaz a elaboração de uma opinião. Neste sentido Arens et al. (2014) também é da opinião de que os procedimentos deverão ser elaborados de forma conjugada. Como podemos analisar no §A4, ISA 520 (2018) o julgamento do auditor será importante para que se decida quais os procedimentos analíticos substantivos que deverão ser aplicados para reduzir o risco de auditoria ao nível da asserção para um nível aceitavelmente baixo.

Para que o auditor tenha eficiência e eficácia no seu trabalho, Costa A. (2007) defende que as técnicas de revisão analítica devem ser as primeiras a serem efetuadas e assim, posteriormente, os testes de detalhe na medida em que a quantidade e profundidade destes testes é influenciado pelos resultados obtidos pelos procedimentos analíticos.

A utilização dos procedimentos analíticos tanto na fase de planeamento como na de execução irá influenciar a utilização de testes de detalhe. Ou seja, se os resultados esperados forem favoráveis pode o auditor aplicar menos testes de detalhe, mas também pode conduzir a aplicar mais, dependendo do julgamento profissional do auditor.

A situação de uma empresa nem sempre é coincide com a expectativa gerada pelo auditor. Por vezes surgem diferenças para as quais não existe uma justificação plausível ou linear. Para estas situações Almeida M. (2016) defende que se deve:

realizar uma maior quantidade de testes de detalhe, com o intuito de proceder a uma investigação mais profunda que permita obter prova razoável de auditoria. Por sua vez, quando os resultados dos procedimentos analíticos são favoráveis, não se poderá aplicar, literalmente, o raciocínio inverso, porque o auditor não deverá optar pela sua redução de forma drástica, mas sim equilibrada. (p. 58)

Concluindo, a utilização dos testes de detalhe nem sempre é direta, ou seja, se os procedimentos analíticos forem favoráveis, não significa que não seja necessária a extensiva utilização de testes de detalhe, visto que o auditor terá que ter em consideração a natureza da entidade, o setor em que se insere e o histórico da entidade, entre outros.

Apesar das extensas normas e diretivas a regulamentar todo o processo de auditoria, muitas das vezes as situações são subjetivas e é necessário o julgamento profissional do auditor,

visto que, cada empresa é diferente, as situações podem alterar-se significativamente de um período económico para o outro, devido à situação macroeconómica em que se insere, como o setor, país, tipo de mercado e a situação microeconómica.

2.4.4. Relato de Auditoria

Na última fase de auditoria temos a revisão do trabalho de auditoria e a emissão de opinião. Nesta fase também será necessário a realização de alguns procedimentos analíticos, tal como descrito por Almeida M. (2016):

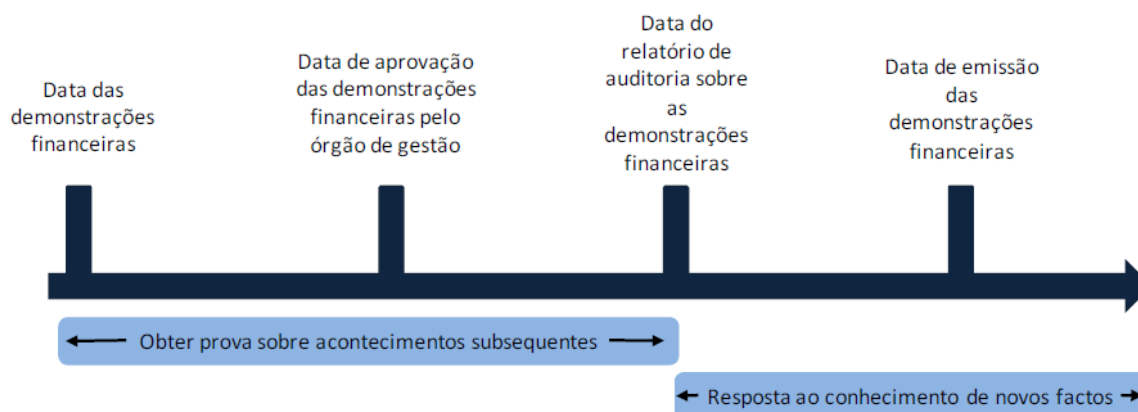
o recurso aos procedimentos analíticos, permite verificar se os resultados obtidos ao longo de toda a auditoria coincidem com as demonstrações financeiras divulgadas e auxiliam na revisão de todas as distorções materialmente relevantes identificadas, garantindo que se encontram razoavelmente justificadas. (pp.57 – 58)

O auditor deve realizar procedimentos analíticos nesta fase da auditoria com vista à formação de uma conclusão sobre se as DF são consistentes com o conhecimento que possui da entidade (ISA 520, 2018, §6).

No caso de na revisão analítica final se tenha identificado alguma distorção materialmente relevante entre a expectativa e a realidade, poderemos ter que colocar em causa o que foi realizado anteriormente e completar com mais testes substantivos complementares, tal como é defendido por Costa A. (2007).

Nesta fase, o auditor antes da emissão de uma opinião, terá que analisar o período subsequente. IFAC (2018) relembra a importância de tal análise, onde, por vezes, é suficiente uma realização de procedimentos analíticos e a análise de alguns rácios. Não esquecer que o período subsequente compreende o período da data de fecho e o da emissão das DF.

Figura 6 - Acontecimentos Subsequentes



Nota. Figura retirada de IFAC. (2018), p.265., adaptado pela OROC.

Concluindo, é de grande importância a utilização de procedimentos analíticos em qualquer fase da auditoria, não descurando a fase final, visto que permite verificar se os procedimentos substantivos foram os adequados e se a prova existente é a suficiente, para o auditor ter confiança suficiente em todo o processo de auditoria e assim poder emitir uma opinião devidamente fundamentada.

Apesar das vantagens que os procedimentos analíticos têm no trabalho do auditor, também existem, algumas desvantagens. O estudo de Lennikova (2018) refere-nos que uma das desvantagens é a expectativa simplista, e por vezes, mal definidas do auditor, visto que, o auditor deve ser capaz de gerar expectativas independentes, razoáveis e lógicas, utilizando informação diversa e não se limitando a consultar as DF de períodos anteriores.

Também pode existir explicações inconsistentes e incompletas de flutuações, levando assim, a uma divergência do valor entre a expectativa e a realidade, no entanto podem existir flutuações para as quais o auditor não consegue encontrar explicação válida, devendo analisá-las até encontrar as suas causas.

Por vezes, a insuficiência do conhecimento da entidade e sua envolvente, leva a que o auditor tenha uma excessiva confiança depositada nas explicações da gestão, tornando essa fonte legítima e a mais utilizada pelo auditor. No entanto, este deve encarar essas respostas de forma crítica e com algum ceticismo profissional tentando ao máximo verificar com outras fontes alternativas, de preferência aquelas que não participam em processo de relato financeiro.

Capítulo III – Atividades Desenvolvidas e Trabalho de Campo

3.1. Caracterização da Entidade Acolhedora

No capítulo III iremos abordar diversos pontos relacionados mais diretamente com o relatório de estágio. Começaremos por caracterizar brevemente a entidade que nos acolheu. Falaremos um pouco da sua história; posteriormente passaremos a descrever a organização da entidade, mais propriamente o processo de arquivo. Também explicaremos o que foi proposto para desenvolvimento do estágio. Na fase seguinte desenvolveremos alguns testes e processos de auditoria que consideramos mais relevantes assim como alguns efeitos da COVID-19 na auditoria e nas empresas.

3.1.1. História da CFA

A CFA – Cravo, Fortes, Antão & Associados SROC, Lda. foi a entidade escolhida para realizar o estágio curricular de mestrado em contabilidade no ramo de auditoria, ministrado no ISCA-UA. Sendo uma entidade com um grande foco na área de auditoria, mas também na área de fiscalidade e consultoria, considerámos, logo à partida, que a realização do estágio era uma mais-valia para o percurso profissional e curricular.

A sociedade já conta com mais de 30 anos de existência. Foi fundada em 1990 pelo Dr. Domingos Cravo, Dr. João Fortes e Dr. Avelino Antão. Nos dias de hoje, encontra-se inscrita na OROC e na CMVM, sendo que toda a atividade é desempenhada de acordo com as normas nacionais e internacionais de Revisão e Auditoria.

A CFA foi crescendo ao longos dos anos. Neste momento, conta com 4 *Managing Partners* que são o Dr. Avelino Antão, Dr. João Fortes, Dr. João Paulo Marques e Dr. Armando Tavares; 6 revisores, 27 auditores; 8 consultores e 3 administrativos.

A sociedade percebe a importância da formação académica e dessa transição para o mundo profissional, estando ligada ativamente com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCA-UA) (Universidade de Aveiro, 2021). Ao longo dos últimos anos, a CFA tem acolhido um número muito significativo de alunos em estágios curriculares e tem parcerias com o Instituto (ISCA-UA) para premiar os melhores alunos, tal como podemos ver na notícia inserida no anexo 1. Todavia a CFA para além de premiar, também já foi premiada diversas vezes, entre outros, com o prémio PME Excelência.

A sociedade desempenha diversas funções de auditoria e consultoria, onde realiza trabalhos nos quatro grandes setores de atividade, tais como:

- Setor Público: Entidades Reguladoras, Entidades Empresariais Municipais, bem como Municípios;
- Setor Privado: Agricultura, Construção Civil, Comércio, Prestação de Serviços, Promoção Imobiliária, Gestão de Participações Sociais, entre outras;
- Setor Cooperativo: Cooperativas Agrícolas, Cooperativas de habitação; e
- Setor Não Lucrativo: Misericórdias e Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), Associações e Fundações.

3.1.2. Controlo de Qualidade e Software de Auditoria

Cada vez mais, as Sociedades de Auditoria necessitam de software especializado que permita trabalhar e gerir os processos de auditoria de acordo com as ISA e com base nos riscos e requisitos de Controlo de Qualidade ISQC1.

No mercado nacional e internacional existem vários softwares direcionados para essas áreas e preocupados em cumprir com as normas internacionais de auditoria. Neste contexto, existem empresas que preferem criar software específico para as suas necessidades. A CFA utiliza o ASD Auditor como software de auditoria e análise financeira.

A empresa *Auditing Software Distributor S.L.* é a responsável pelo desenvolvimento do programa *ASD Auditor*, sendo a sua sede em Barcelona, tendo também uma delegação em Portugal. De acordo com os dados da empresa, estes contam já com mais de 3 000 Sociedades de Auditoria, de 25 países, a utilizar os seus programas.

A principal especificidade deste software é que está desenhado para facilitar a prática da auditoria, iniciando com as atividades prévias, passando pelo Planeamento com base nos riscos, Execução do trabalho de auditoria, onde analisa e obtém as evidências oportunas e por último a Finalização e emissão do relatório da auditoria onde se faz a revisão e conclusão do trabalho. Todo este processo é feito com o apoio dos papéis de trabalho, elaborados pela CFA, conseguindo, desta forma, uma correta elaboração de todo o processo de auditoria.

A CFA tem diversas diretrizes internas para o adequado cumprimento das normas, regulamentos e legislação em vigor, tais como:

- Manual do Controlo de Qualidade;
- Manual de Auditoria;
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e combate ao Assédio no Trabalho;
- Segurança no Trabalho; e
- Plano de Contingência.

3.1.3. Organização da Entidade

A CFA está organizada de forma hierárquica, como podemos ver no anexo 2. No topo da hierarquia temos os sócios (*Partner*) responsáveis pelo trabalho realizado por cada equipa. Dentro de cada equipa temos um *Manager* que orienta e coordena as várias equipas de auditoria e os diferentes trabalhos em simultâneo, o qual e irá responder diretamente ao *Partner*. Posteriormente, temos o Sénior, sendo ele o responsável direto perante o *Manager* e o encarregado pela equipa de trabalho e pela formação dos Auditores Juniores e Estagiários que ocorre durante a realização do trabalho.

Sendo que no início do meu percurso fui inserida numa equipa com o Júnior Rui Tavares, o Sénior Luc Pedrinho e o *Manager* Sérgio Marques, ficando assim alocada essencialmente a empresas do setor privado, trabalhando também com algumas empresas públicas.

Como já foi referido anteriormente, a CFA optou por utilizar o *software ASD Auditor* para apoio em todo o processo de auditoria. Com isto, a organização do nosso processo é conforme as orientações do programa, e respeitando, obviamente, as ISA.

Após a caracterização da CFA, passarei a explicar como o trabalho de cada empresa auditada está organizada. Cada uma tem três tipos de dossiês, geral, corrente e permanente. Um deles é o arquivo geral, em que cada área corresponde às aplicações das ISA e será efetuado pela posição hierárquica superior de cada equipa, neste caso é o *Manager* Sérgio Marques e revisto pelo ROC responsável da empresa em questão, devido à sua importância e responsabilidade.

O índice desse arquivo encontra-se na tabela 4, como podemos verificar do AG)01 até ao AG)09 corresponde à fase de aceitação do cliente e de planeamento da auditoria. Do AG)10 até ao AG)18 corresponde à fase de execução e do AG)19 até ao AG)23 estamos perante a fase final de auditoria. É importante referir que este arquivo é um dossiê que acompanha o arquivo corrente e é realizado todos os anos de auditoria.

Tabela 4 - Índice do Arquivo Geral

Índice Arquivo Geral	
AG)01.	Aceitação e continuação do trabalho
AG)02.	Recursos humanos
AG)03.	Conhecimento da entidade e do seu ambiente
AG)04.	Avaliação do risco global de auditoria
AG)05.	Risco de fraude
AG)06.	Procedimentos Analíticos para avaliação do risco
AG)07.	Partes relacionadas
AG)08.	Materialidade no planeamento e na execução
AG)09.	Planeamento global e por áreas do trabalho
AG)10.	Consultas e Trabalhos de outros profissionais
AG)11.	Avaliação das distorções identificadas
AG)12.	Outros memorandos
AG)13.	Litígios e reclamações
AG)14.	Acontecimentos subsequentes
AG)15.	Continuidade
AG)16.	Revisão contas anuais
AG)17.	Estimativas contabilísticas
AG)18.	Considerações sobre leis e regulamentos
AG)19.	Outros questionários de verificação final
AG)20.	Questionário de finalização / revisão de trabalhos pendentes
AG)21.	Comunicação com encarregados da governação
AG)22.	Declarações escritas
AG)23.	Redação e entrega de relatórios

Nota. Elaboração Própria, com base nos procedimentos da empresa.

Por sua vez, o arquivo corrente é um dossiê físico e digital. Este é realizado com a ajuda do ASD, o qual contém o trabalho das mais diversas áreas das demonstrações financeiras e os respetivos papéis de trabalho que dão suporte a todo o processo de auditoria realizado ao longo do ano que iremos passar a explicar.

As tabelas 5 e 6 dizem respeito às áreas que irão validar o balanço. Por seu turno, a tabela 7 diz respeito às áreas que irão validar a demonstração de resultados.

O ativo está dividido em não corrente e corrente. De acordo com a tabela 5 podemos observar que o primeiro tem a sigla de A1 e o segundo corresponde à sigla A2. Estes índices são feitos para qualquer empresa, mas como sabemos nem todas as empresas têm todas estas áreas. Caso não tenham, a respetiva área não é aberta. Como por exemplo, áreas como o Goodwill, Ativos Biológicos, Capital Subscrito e Não Realizado e Ativos Não Correntes Detidos para Venda são áreas em que é perfeitamente normal que não existam em todas as empresas.

Tabela 5 - Índice Arquivo Corrente - Ativo

A – Ativo	
A1	Ativo Não Corrente
A1A	Ativos Fixos Tangíveis
A1B	Propriedades de investimento
A1C	Goodwill
A1D	Ativos Intangíveis
A1E	Ativos Biológicos
A1F	Participações Financeiras MEP
A1G	Outros Investimentos Financeiros
A1I	Outros Ativos Financeiros
A1J	Ativos por Impostos Diferidos
A2	Ativo Corrente
A2A	Inventários
A2B	Ativos Biológicos
A2C	Clientes
A2E	EOEP
A2F	Capital Subscrito e Não Realizado
A2G	Outros Créditos a Receber
A2H	Diferimentos
A2I	Ativos Financeiros Detidos para Negociação
A2J	Outros Ativos Financeiros
A2K	Ativos Não Correntes Detidos para Venda
A2L	Caixa e Depósitos Bancários

Nota. Elaboração Própria, com base nos procedimentos da empresa.

Na tabela 6 temos as áreas do Capital Próprio (P1), Passivo Não Corrente (P2) e Passivo Corrente (P3). Tal como referimos anteriormente, apenas são seleccionadas as áreas em que a entidade teve movimentos/registos.

É importante relembrar que apesar de todos os testes terem uma área específica, não significa que os testes não interagem com outras áreas e sirvam de apoio para as validar. Por exemplo, quando fazemos a circularização a um cliente estamos a validar a área do ativo A2C, mas de certa forma estamos a verificar as vendas e, ou, prestações de serviços, que, por sua vez, pertencem à área de resultados (RA) que poderá estar ligada ao IVA, que, conseqüentemente, faz parte da rubrica do Estado que pertence ao P3C.

Tabela 6 - Índice Arquivo Corrente - Capital Próprio e Passivo

P - Capital Próprio e Passivo	
P1	Capital Próprio
	P1A Capital Subscrito
	P1B Ações (quotas) Próprias
	P1C Outros Instrumentos de Capital Próprio
	P1D Prémios de Emissão
	P1E Reservas Legais
	P1F Outras Reservas
	P1G Resultados Transitados
	P1I Excedentes de Revalorização
	P1J Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio
	P1K Resultado Líquido do Período (RLP)
	P1L Interesses Minoritários
P2	Passivo Não Corrente
	P2A Provisões
	P2B Financiamentos Obtidos
	P2C Responsabilidades por Benefícios Pós emprego
	P2D Passivos por Impostos Diferidos
	P2E Outras Dívidas a Pagar
P3	Passivo Corrente
	P3A Fornecedores
	P3B Adiantamento de Clientes
	P3C EOEP
	P3E Financiamentos Obtidos
	P3F Outras Dívidas a Pagar
	P3G Diferimentos
	P3H Passivos Financeiros Detidos para Negociação
	P3I Outros Passivos Financeiros
	P3J Passivos Não Correntes Detidos para Venda

Nota. Elaboração Própria, com base nos procedimentos da empresa.

Relativamente à tabela 7 estamos perante a área dos resultados, ou seja, da validação das Demonstrações de Resultados, que comporta os rendimentos obtidos e gastos suportados pela entidade ao longo o período económico a ser auditado.

Apesar desta área parecer estar isolada das outras, não é o que acontece, porque a maioria dos movimentos contabilísticos do período tem implicações nas contas de resultados. Usando o exemplo anterior: se realizarmos uma venda iremos implicar a conta de vendas (RA), com a conta de clientes (A2C), não esquecendo o IVA implicado nessa venda, que estará na rubrica de estado (P3C) e ao vendermos um produto temos saída de inventário (A2A) inerente ao sistema de inventário permanente.

Tabela 7 - Índice Arquivo Corrente - Resultados

R - Rendimentos e Gastos	
RA	Vendas e Serviços Prestados
RB	Subsídios à Exploração
RC	Ganhos/Perdas Imput. de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos
RD	Variação nos Inventários da Produção
RE	Trabalhos para a Própria Entidade
RF	Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
RG	Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)
RH	Gastos com o Pessoal
RI	Imparidades de Inventários (perdas/reversões)
RJ	Imparidades de Dívidas a Receber (perdas/reversões)
RK	Provisões (aumentos/reduções)
RL	Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis/Amortizáveis (perdas/reversões)
RM	Aumentos/Reduções de Justo Valor
RN	Outros Rendimentos
RO	Outros Gastos
RP	Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização
RQ	Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis (perdas/reversões)
RR	Juros e Rendimentos Similares Obtidos
RS	Juros e Gastos Similares Suportados
RT	Imposto Sobre o Rendimento do Período

Nota. Elaboração Própria, com base nos procedimentos da empresa.

Por fim, temos o arquivo permanente, igualmente inserido no programa ASD. O índice do arquivo permanente encontra-se na tabela 8. Como podemos verificar este arquivo acaba por ter algumas áreas que estão nos outros dossiês. A ideia deste arquivo é reunir, identificar, melhor dizendo, privilegiar as situações mais importantes e que é de todo o interesse passar de uns períodos/exercícios para os outros da auditoria.

Tabela 8 - Índice Arquivo Permanente

Índice Arquivo Permanente	
AP)01.	Contratação cliente
AP)02.	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
AP)03.	Dados Gerais do Cliente
AP)04.	Contrato de sociedade
AP)05.	Detentores de capital
AP)06.	Órgãos Sociais
AP)07.	Quadros da empresa
AP)08.	Contratos relevantes
AP)09.	Investimentos
AP)10.	Bancos
AP)11.	Seguros
AP)12.	Outras informações
AP)13.	Auditoria / Informação contabilística
AP)14.	Controlo interno
AP)15.	BLDR (Balanço e Demonstrações de Resultados por Natureza)
AP)16.	Outros relatórios e pareceres
AP)17.	Correspondência

Nota. Elaboração Própria, com base nos procedimentos da empresa.

3.2. Descrição do Estágio e Atividades Desenvolvidas

3.2.1. Atividades Propostas/ Planos de Trabalho

O estágio curricular desenvolvido teve a duração de seis meses, tendo-se iniciado no dia 9 de setembro de 2019 e terminado a 6 de março de 2020. Sendo o mestrado direcionado para auditoria, fui colocada numa equipa de auditoria, para uma maior contribuição e complementaridade do percurso curricular.

De acordo com as orientações de cronologia para a realização do trabalho de auditoria, quando começou o estágio as equipas encontravam-se na fase de fechar o planeamento de auditoria, fazendo com que não abordasse do início ao fim esse ponto importante no processo de trabalho. No entanto, até ao final do estágio foi-nos permitido acompanhar todo o restante processo de trabalho de auditoria e a execução do planeamento que já tinha sido realizado.

Foram propostas as mais diversas atividades, dentro do processo de auditoria, que nos ajudaram a inteirar nas diversas áreas de trabalho, tal como: ativos fixos tangíveis e intangíveis, inventários, clientes, fornecedores, estado e outros entes públicos, acréscimos e diferimentos, financiamentos obtidos, capital próprio, resultados, entre outros.

No início do estágio foi-nos proposto um plano de estágio dividido em oito fases, onde cada uma tem proposto diversas componentes de aprendizagem, que irei explicar na tabela 9.

Conforme o acordo apresentado no início do estágio, tive a possibilidade de realizar outras mais atividades das mais diversas áreas que possibilitaram assimilar muito conhecimento prático sobre o processo de auditoria. Todavia, é necessário realçar que todo o trabalho desenvolvido foi supervisionado e acompanhado pelos meus superiores. É importante referir que os aspetos mais positivos se traduziram em ligar/relacionar o conhecimento “académico” (potencialmente mais teórico) à prática da auditoria, diríamos, mais real, mais “do terreno”.

Tabela 9 - Cronograma do Plano de Estágio

Fases	Descrição do trabalho	Desenvolvimento do Trabalho
1ª Fase - Testes de conformidade	Serão realizados testes de conformidade, análise documental e relatórios de acompanhamento trimestrais.	Esta fase foi realizada em outubro e novembro, onde se realizaram as primeiras visitas às empresas tendo sido designada a tarefa da análise documental.
2ª Fase - Acompanhar a fase de testes às contagens dos inventários	Saída aos clientes para acompanhamento das contagens físicas dos inventários e realização dos testes respetivos.	A saída para inventários é feita no final de dezembro e início de janeiro. Aqui foi possível conhecer diversas empresas e os seus processos produtivos. Foi uma mais-valia para a perceção do funcionamento cada entidade.
3ª Fase - Tratamento das confirmações de saldos de terceiros através da circularização	Recolha de balancetes de terceiros; seleção de amostras; realização de todo o pedido de circularização e o tratamento das respostas.	Numa primeira fase, não realizei a seleção de amostras, visto que é preciso ter um conhecimento aprofundado sobre cada entidade, apesar de ter aprendido a fazê-lo. Todo o tratamento de resposta e formalização dos testes já foi possível realizar.
4ª Fase - Realização de revisão analítica	Tratamento dos balancetes, realizando comparações entre valores e rácios. Investigação de situações anómalas.	A primeira análise documental foi realizada na altura em que se fez a primeira visita aos clientes, apesar de ter sido feita mais que uma vez por ano, consoante as empresas.
5ª Fase - Realização de testes substantivos às diferentes áreas das DF	A realização destes testes e a sua análise com o objetivo de confirmar saldos e testar transações.	Após a revisão analítica e documental, passa-se para os testes substantivos das mais diversas áreas aplicáveis.
6ª Fase - Elaboração das conclusões e recomendações	Resumir o trabalho efetuado e extrair as respetivas conclusões e recomendações.	Em cada papel de trabalho é efetuado uma pequena conclusão sobre mesma temática/conta processo em causa.
7ª Fase - Elaboração de relatórios	Com base no trabalho desenvolvido e conhecimento de cada entidade, apresentar principais conclusões, necessárias à redação da CLC, RCRA e RCF/RFU	A redação dos relatórios é da competência do sénior e/ou chefe de equipa, porém, foi possível acompanhar o processo de elaboração de relatórios e verificar o contributo do trabalho elaborado.
8ª Fase - Auditoria à declaração da modelo 22	Com base no trabalho de estimativa do imposto sobre o rendimento, verificar o preenchimento da declaração do modelo 22.	Esta última fase torna-se igualmente complexa para um estagiário com menos de seis meses de trabalho, porém, foram analisadas, na medida do possível, algumas modelos 22.

Nota. Elaboração Própria, com base no acordo do relatório de estágio.

3.2.2. Da Teoria à Prática: Trabalho de Campo

No decorrer do estágio foi-nos pedido para realizar diversos papéis de trabalho (PT) das mais diferentes áreas. Esses papéis de trabalho estão arquivados no dossiê corrente, anexados ao programa ASD, pelas respectivas áreas de trabalho. Neste capítulo vamos abordar algumas áreas que consideramos mais relevantes, como os terceiros, estado, inventários e por fim investimentos, mais concretamente ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

É importante lembrar que os papéis de trabalho ligam algumas áreas de trabalho. Isto significa que apesar de o teste ser realizado na área de resultados, também podemos estar a validar a área de passivo, ou de ativo, e poderemos completar com o arquivo geral. Neste contexto, sublinhe-se que o estagiário não irá fazer todos os testes inerentes às áreas, visto que existem alguns em que é necessário um conhecimento aprofundado e experiência para dar resposta aos riscos avaliados, principalmente se essas áreas forem recorrentes em reservas.

3.2.2.1. Terceiros

Os terceiros englobam as seguintes áreas: clientes, fornecedores e outras dívidas a pagar e a receber; ou seja, apesar de estas áreas serem diferentes, as validações são muito idênticas. Alguns dos PT elaborados são muito semelhantes na área que se encontra no ativo ou no passivo.

Começaremos por analisar o PT que considero ter mais relevância nesta área, que é a circularização de terceiros. Posteriormente iremos abordar outros testes igualmente importantes para validação da área, como os saldos parados e contranatura.

✓ **Circularização**

A circularização é uma confirmação externa necessária e importante para validar saldos. Dada a importância deste processo, existe a ISA 505⁹ (2018) que aborda os procedimentos que o auditor deve ter em consideração para a obtenção de prova. Este processo consiste na confirmação escrita por parte de terceiros, enviada diretamente para o auditor. Sendo assim, podemos afirmar que estamos perante um procedimento substantivo de confirmação de saldos.

Para confirmar o saldo apresentado no balanço é necessário que tenhamos um balancete ou SAFT o mais próximo possível da data das DF, com o máximo de informação atualizada, para se poder realizar a seleção das entidades a circularizar.

Este PT está dividido por várias etapas. A primeira é a seleção da amostra; a segunda é o tratamento de respostas recebidas e, por fim, a terceira etapa é a finalização e conclusão do papel de trabalho.

A etapa da seleção da amostra é feita no programa ASD, onde temos vários critérios base que são adaptados de empresa para empresa, que são:

1. Todos os saldos em que a soma dá mais de 50% do saldo total;
2. O saldo acumulado seja superior a um determinado valor. Aqui temos por base o valor utilizado no ano anterior e a variação do saldo que existiu de um ano para o outro;
3. Os saldos contranatura relevantes que por vezes podem ser adiantamentos de clientes ou acertos que são registados, porém têm de ser verificados;
4. Saldos de grupo, aqui pretendemos analisar todos os saldos das empresas do grupo, com o objetivo de validar as operações intragrupo que possam existir numa entidade;
5. Por fim, temos a seleção aleatória, que tal como o nome indica é efetuada aleatoriamente pelo programa, bastando para isso que excluamos da população os terceiros já selecionados, que definimos o tamanho da amostra que se julga

⁹ ISA 505 - Confirmações Externas.

adequada. Seguidamente, o programa efetua a seleção que será posteriormente adicionada ao PT respetivo.

Depois da seleção estar feita, num documento inserimos todos os terceiros escolhidos e envia-se para a empresa essa listagem juntamente com o e-mail ou carta modelo para o envio do pedido de circularização. Temos de salvaguardar que a entidade tem prova desse mesmo envio e que somos nós que recebemos a resposta para procedermos à próxima etapa.

A segunda etapa deste PT é o tratamento dos dados, onde iremos inserir todas as respostas recebidas no programa ASD e arquivar todas elas. Posteriormente iremos proceder à comparação dos saldos, assim como a verificação dos movimentos da resposta com a contabilidade. Se estiver tudo correto e não for necessário qualquer ajustamento, podemos validar. Caso não esteja correto, teremos de analisar o extrato que foi anexado à resposta e comparar com a contabilidade.

As causas das diferenças mais frequentes dizem respeito aos fluxos financeiros que podem ser registados em períodos diferentes (por exemplo pagamento registado em dezembro no cliente e recebimento registado em janeiro do ano seguinte no fornecedor). Também podem ocorrer situações de faturas que não estejam registadas nas duas contabilidades. Nessas situações podemos ter indícios de gastos ou rendimentos não registados. No entanto, também recebemos respostas que são muito divergentes do nosso saldo. Nessas situações pedimos esclarecimento à empresa e é pedido para que faça uma reconciliação do saldo e corrija o que estiver errado.

Os métodos alternativos, na área de clientes, consistem em analisar o período subsequente, ou seja, verificamos todas as faturas emitidas no ano da certificação que estão em aberto, e o prazo médio de recebimento apurado para esse cliente. No período subsequente, verificamos se essas faturas já se encontram recebidas para o mesmo prazo de recebimento. Também temos em conta se foram emitidas ou não mais faturas. Essa informação pode dizer-nos se estamos perante um cliente habitual ou esporádico.

A última fase é finalização e conclusão do PT. Aqui analisamos se é ou não necessário fazer um segundo pedido de circularização às empresas das quais não obtivemos resposta e realizamos métodos alternativos a todas as que não foi necessário fazer pedido.

Depois de todo este processo, são analisadas de forma percentual todas as respostas e suas justificações para concluir se conseguimos justificar o saldo de clientes que se encontra no balanço.

Como podemos verificar na ISA 505 (2018), no §A11, as respostas podem trazer “algum risco de interceção, alteração ou fraude”, independentemente de estarmos perante uma resposta eletrónica ou em papel; dois fatores que podem pôr em causa a fiabilidade da resposta é o facto do auditor receber a resposta de forma indireta e outro fator é o facto de a resposta não provir da parte que originalmente se pretendia que confirmasse.

A COVID-19 trouxe diversas implicações nas empresas obrigando-as a implementar novos procedimentos. Em algumas, esse impacto foi mais notório que noutras; por isso é que o auditor tem que se adaptar a cada situação. Ao nível dos terceiros o maior impacto poderá estar ao nível de incobabilidade de clientes, tendo como possível consequência o aumento do prazo médio de recebimento, visto que, a inatividade das empresas e a diminuição do volume de negócio, faz com que existam menos fluxos financeiros.

✓ **Outros Testes Relevantes**

O auditor tem que identificar ativos com riscos de realização e com perdas por imparidades não reconhecidas, para isso temos um teste denominado de **análise dos saldos parados** que ajuda o auditor a identificar essas situações. Para a realização do teste será necessário o balancete de 31 de dezembro do exercício anterior e o balancete de 31 de dezembro do exercício em análise, com o máximo de informação atualizada e com a os movimentos acumulados a débito e a crédito, visto que se tivermos apenas os saldos não nos dará informação completa, porque não poderemos analisar os movimentos do período, tanto ao nível de faturas emitidas como de recebimentos/ pagamentos.

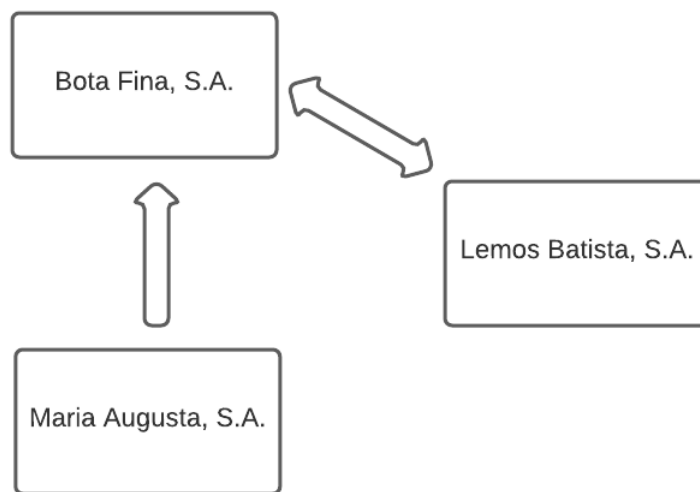
É necessário identificar todas as contas de clientes que apresentam um saldo diferente da sua natureza, para isso, o PT **saldos contranatura**. Ou seja, se estivermos perante contas de clientes, com saldos credores, estes não fazem parte da natureza (normal, diríamos) desta conta. Por isso, os designamos de saldos contranatura.

Após a seleção deste tipo de saldos o auditor terá de verificar quais são os saldos relevantes e indagar a gerência do facto daquele saldo estar contranatura. No PT da circularização devem ser escolhidos os saldos mais relevantes, de modo a se ter uma confirmação externa e escrita desses saldos.

Situações Experienciadas:

Passaremos a apresentar um caso em que há um grupo de três empresas que têm operações comerciais entre si. A Bota Fina, S.A. é uma empresa cujo objeto social é a produção e venda de calçado; a segunda empresa é a Maria Augusta, S.A., fabrica e vende acessórios de luxo para o calçado produzido pela Bota Fina e por fim existe a empresa Lemos Batista, S.A., que vende o *design* e moldes do calçado à Bota Fina e compra-lhe os restos dos materiais (como por exemplo peles) para testagem das melhores matérias-primas. Na figura 7 estão representadas as transações intragrupo.

Figura 7 - Esquema de Transações Entre Empresas



Nota. Elaboração Própria

No balanço representado na tabela 10 e na figura 8 temos a nota do anexo, que diz respeito à empresa Bota Fina, S.A., onde podemos verificar que o saldo de clientes e fornecedores.

Tabela 10 - Balanço 2020 da Empresa Bota Fina, S.A.

Entidade: Bota Fina, S.A.

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2020

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
ATIVO			
Ativo corrente			
Clientes	5/15	800 000	500 000
		800 000	500 000
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	5/15	350 000	735 060
Outras dívidas a pagar	5/15	150 000	70 000
		500 000	805 060

Nota. Elaboração Própria

Figura 8 – Nota do Anexo: Partes Relacionadas

5. Partes relacionadas

Subsidiárias	NIF	Sede
Maria Augusta, S.A.	500 147 134	Aveiro
Lemos Batista, S.A.	500 479 349	Aveiro

5.1. Relacionamento

5.2. Transações entre partes relacionadas:

Empresa	Natureza da relação	Natureza da operação	
		Vendas/Prestação de Serviços	Compras e aquisição de serviços
Maria Augusta, S.A.	Associada	0	750 000
Lemos Batista, S.A.	Associada	200 000	1 040 030
Total		200 000	1 790 030

5.3. Saldos entre partes relacionadas:

Empresa	Natureza da relação	Saldo s p e n d e n t e s	
		Clientes	Fornecedores
Maria Augusta, S.A.	Associada	0	90 500
Lemos Batista, S.A.	Associada	15 000	25 000
Total		15 000	115 500

Nota. Elaboração Própria

Para a validação das rubricas de Terceiros é necessária a realização de alguns procedimentos e PT, nomeadamente a circularização de saldos de grupo.

Numa primeira fase é inserido os saldos e transações que cada empresa nos forneceu sobre as suas operações. Numa segunda fase vamos comparar as diferenças que surgiram entre empresas. Aqui também importante ter em atenção, quer aos saldos quer às transações.

Tabela 11 - Mapa de Diferenças de Saldos e Transações

Diferenças Saldos				
	Bota Fina, S.A.	Maria Augusta, S.A.	Lemos Batista, S.A.	Diferenças
Bota Fina, S.A.		0	5 000	5 000
Maria Augusta, S.A.			-	0
Lemos Batista, S.A.				
Diferenças		0	5 000	5 000

Diferenças Transações				
	Bota Fina, S.A.	Maria Augusta, S.A.	Lemos Batista, S.A.	Diferenças
Bota Fina, S.A.		0	40 030	40 030
Maria Augusta, S.A.			-	0
Lemos Batista, S.A.				
Diferenças		0	40 030	40 030

Nota. Elaboração Própria

Como podemos verificar, as diferenças encontram-se entre a empresa Lemos Batista e a Bota Fina. Os saldos estão com diferença de 5.000€, enquanto as transações têm uma diferença de 40.030€.

Ao analisar a diferença de saldos podemos ter diversas situações. Por exemplo, a empresa Lemos Batista realizou um pagamento à Bota Fina e esta ainda não registou o recebimento. Poderá ter como justificação o desfasamento temporal entre os movimentos bancários, ou um erro humano na digitação das contas, entre outras situações.

Ao analisar a diferença de transações vemos que, apesar dos saldos se encontrarem corretos, a Lemos Batista tem menos 40.030€ faturados. Quando isto acontece a empresa Bota Fina pode ter registado uma fatura duas vezes e depois ter anulado na contabilidade, ficando com movimentos a crédito acumulados de mais 40.030€ do que a empresa Lemos Batista. Em qualquer uma das situações o auditor deverá indagar as duas empresas para perceber a situação de forma a ter confirmação interna e externa do sucedido. A empresa Bota Fina no anexo (figura 8), onde descreve a natureza das suas compras, deverá colocar apenas as

transações comerciais e não os lançamentos internos que ocorreram para corrigir determinados erros.

3.2.2.2. Estado e Outros Entes Públicos (EOEP)

Esta área torna-se importante devido às obrigações fiscais do auditor, pelo pressuposto da prudência e não apenas pela materialidade que possa existir, visto que, na maioria das empresas, as diferenças que existam nesta área não são materialmente relevantes. Aqui analisamos os mais diversos impostos, como o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), impostos sobre o rendimento (IRC), retenções de impostos sobre o rendimento (IRS), contribuições para a segurança social (SS) e outros.

Para validação de **impostos como o IRS e SS** analisamos os movimentos ocorridos nessas rubricas (Pagamento vs Processamento), onde serão necessários as declarações e os comprovativos de pagamento da DMR, rendimentos profissionais e SS. De modo a validarmos estas contas, iremos analisar se o que está na contabilidade, na conta 242 - Retenção de imposto sobre o rendimento e na conta 245 - Contribuições para a Segurança Social, está de acordo com as respetivas declarações e se foram todas devidamente elaboradas. Adicionalmente iremos analisar se as dívidas ao estado foram completamente pagas e dentro dos prazos. O intuito nestas situações é perceber se a empresa entrou em incumprimento e se poderá existir algum risco de ser recebida uma coima derivada dessa situação. Caso isso se verifique a empresa poderá ter necessidade de constituir uma provisão.

Relativo ao **IVA** é realizado um teste de controlo que tem como principal objetivo cruzar os apuramentos contabilísticos com as declarações periódicas e os movimentos financeiros, ou seja, teremos de analisar a declaração emitida na Autoridade Tributária e o lançamento do apuramento do IVA na contabilidade. Posteriormente, verificamos se foram pagos ou recebidos os respetivos valores das declarações, nos prazos legais. No IVA o incumprimento do pagamento tem repercussão maiores na empresa, visto que, normalmente, estamos perante valores de coimas mais relevantes.

Por fim, temos a validação do **IRC**, este imposto será talvez o mais complexo de validar, visto que exige um maior conhecimento técnico ao nível da fiscalidade. Para além de ser necessário testar os pagamentos por conta e especiais por conta, também será necessário validar o cálculo da estimativa de imposto, mais propriamente o rascunho da modelo 22.

Normalmente este tipo de testes não são feitos pelo estagiário visto que é aconselhável que seja realizado por alguém com um grande conhecimento das matérias técnicas. O mais usual é serem feitos pelo sénior.

É importante referir que, para área P3C estar concluída, teremos de verificar se as certidões de dívida/ não dívida da Autoridade Tributária e da Segurança Social referem que a situação se encontra regularizada, ou seja, que a empresa não tem qualquer dívida ou contingência com o Estado.

De forma a mitigar os efeitos da pandemia COVID-19 nas empresas, o governo aprovou diversas medidas, nomeadamente: adiamento do primeiro pagamento por conta, prorrogação do prazo de entrega da declaração Modelo 22 e respetivo pagamento do IRC. O governo flexibilizou os pagamentos em planos prestacionais (3 a 6 prestações), sem juros e sendo dispensada a prestação de garantia. Estas medidas levaram a uma atenção acrescida para validação da área.

Aplicando procedimentos analíticos nas DF finais, mais propriamente no balanço, ao realizarmos uma análise de tendência na rubrica do Estado, e se estivermos perante planos prestacionais, o saldo desta rubrica será mais elevado, porém, não significa que esteja em incumprimento.

3.2.2.3. Inventários

A área de inventários, em termos contabilísticos, está regulamentada na NCRF 18 - Inventários (Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho), onde o §6 nos define como sendo ativos detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial, ou no processo de produção, estando também na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Segundo a NCRF 18, §9 e §10 (Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho) os inventários devem ser mensurados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. Todavia, sabemos que, em termos práticos, maioritariamente os inventários são mensurados pelo custo. O custo deve incluir todos os gastos de compra, conversão e outros incorridos para colocar o inventário no seu local e na sua condição atual.

✓ Contagens Físicas

Para validarmos as contagens temos dois papéis de trabalho distintos. O primeiro é um pequeno questionário que aborda situações antes, durante e após a realização da contagem. O segundo consiste na comparação das contagens feitas pelos auditores e feitas pela empresa, não esquecendo a análise das diferenças encontradas, se são ou não justificadas.

Confirme podemos analisar no apêndice 2 da ISA 240¹⁰ (2018) o auditor deverá observar os inventários nas mais diversas localizações e pedir que sejam contados no final, o mais próximo da data da conclusão da contagem e do final do período de relato, para minimizar o risco de manipulação e de diferenças entre o que foi contado e o final.

De acordo com o que foi dito anteriormente, as contagens físicas são realizadas o mais próximo possível da data de encerramento das contas, porém, se estivermos perante o sistema de inventário permanente podemos realizá-las em qualquer outra data. Numa primeira fase é pedido ao cliente informação sobre a data da realização das contagens, a sua natureza, os procedimentos que irão ser adotados, assim como a composição das equipas de contagem. Também é importante saber se existe inventario em poder de terceiros e perceber como a entidade o controla. Toda esta informação irá ser transferida para o questionário.

De notar que também é solicitado à empresa as listagens de stocks em cada localização específica, de forma a podermos definir antecipadamente uma amostra para a realização do teste. Essa seleção normalmente tem como critérios as maiores quantidades ou preços unitários. No entanto, também se realiza uma seleção aleatória no momento em que o auditor acompanha as contagens.

A grande dificuldade deste teste é quando a empresa não consegue interromper a atividade operacional para proceder às contagens físicas. Para contornar essa dificuldade, o auditor pede as respetivas guias de saída dos bens vendidos com o objetivo de justificar as possíveis diferenças entre as quantidades inscritas nas listagens e o inventário do encerramento de contas.

¹⁰ ISA 240 - As responsabilidades do auditor relativas a fraude numa auditoria das demonstrações financeiras.

✓ **Outros Testes Relevantes**

Por fim, é necessário analisar os artigos sem rotação de forma a apurar possíveis imparidades nos stocks, assim como as variações dos custos unitários, o PT para se conseguir validar essas situações é o **teste dos stocks sem rotação e variação de custos unitários**. A não esquecer que stocks mínimos não são stocks parados, isto é, sem rotação.

Para a realização deste teste teremos que confrontar os artigos em inventário nos últimos anos, por forma a apurar artigos que tenham exatamente as mesmas quantidades, cujo preço unitário não sofreu nenhuma alteração e não existiram vendas durante o ano em análise. Também verificamos as variações nos custos unitários relevantes, aparentemente sem justificação.

Nesta análise temos de ter em atenção que, por vezes, inventários com pouca rotação não significam imediatamente a necessidade de se reconhecer perdas por imparidade. Uma das justificações dessa situação é a empresa ter como política a existência de stock mínimo. Uma forma de analisar se existem esse tipo de stocks é comparar os possíveis stocks parados com o mapa de vendas do ano. Caso haja vendas, significa que os artigos são stocks mínimos e não parados.

A área de inventários, dependendo do setor da entidade, poderá ter grande peso no seu ativo, por isso é que se dê grande importância a esta área. A pandemia COVID-19 trouxe grande preocupação aos auditores devido a esta área, visto que, devido às restrições de circulação das pessoas na altura das contagens físicas e das próprias empresas terem algumas restrições de entrada de pessoal externo nos edifícios da empresa, fez com que tenha dificultado a validação do PT mais importante da área. Ao realizar a análise dos stocks parados, também é possível que exista um aumento significativo de um ano para o outro, estando implícito a inatividade da empresa durante um período significativo do ano, assim como a diminuição do volume de negócios.

Situações Experienciadas:

A empresa “Material Alfa, S.A.” tem como objeto social a venda de material de construção. Ao analisar as variações, foi detetada um aumento de inventário no valor de 300 000 euros, tal como podemos observar no balanço parcial representado na tabela 12.

Apenas com esta informação e realizando procedimentos analíticos, mais propriamente a análise de tendências, apenas se deteta um aumento da rubrica de inventário. Admitindo que a empresa tem apenas seis produtos distintos no inventário, foi elaborado o teste dos stocks parados e variação de custos unitários, como podemos ver na tabela 13.

Ao comparar o inventário de dois anos consecutivos podemos retirar duas informações distintas. A primeira é se houve variação de quantidade, que é expectável que aconteça, e a segunda é se houve variação do preço unitário é usual existir variação, mas normalmente não é significativa.

Como podemos verificar, temos três produtos que se encontram em stock parado. No entanto, apenas a brita 4/5 tem quantidades e preço unitário iguais nos dois anos. No granulado e na argila isso já não acontece, temos quantidades iguais, mas uma grande variação no preço unitário, que irá provocar um aumento no inventário final. Quando o auditor se depara com questões deste teor terá que recolher o máximo de informação interna e/ou externa para fundamentar estas variações.

Numa fase inicial é importante verificar se a empresa tem a política de stocks mínimos. Uma das formas de analisar esta informação é através da análise do mapa de vendas e compras por produto. Ao ter compras e vendas no ano e o inventário final ser sensivelmente igual, significa que podemos estar perante stocks mínimos. Caso não existam compras nesse ano e o preço unitário tenha alterado, o auditor terá que indagar à entidade de forma a justificar tal situação, se não conseguir justificar tal discrepância, e se for materialmente relevante, a situação poderá pôr em causa a mensuração do inventário e originar uma reserva nesta área.

Tabela 12 - Balanço 2020 da Empresa Material Alfa, S.A.

Entidade: Material Alfa, S.A.

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2020

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
ATIVO			
Ativo corrente			
Inventários	10	1 300 000	1 000 000
Clientes	15	975 000	940 000
Estado e outros entes públicos	15	21 000	12 000
Outros créditos a receber	15	88 000	80 000
Diferimentos	15	8 000	10 000
Caixa e depósitos bancários	4/15	10 000	15 000
		2 402 000	2 057 000

Nota. Elaboração Própria

Tabela 13 - Papel de Trabalho dos Artigos Sem Rotação e Variação de Custos Unitários

CLIENTE: Material Alfa, S.A.

INVENTÁRIOS - Listagem dos Artigos sem Rotação e Δ Custos Unitários

Revisão em: 31-12-2020

Código	Descrição	Unidades de Medida	Inventário 2020			Inventário 2019			Sem Rotação 19vs20		Δ Custos Unitários		
			Quant	Cst Unit.	Valor	Quant	Cst Unit.	Valor	Quant (19vs20)	Valor	Δ C.Unit.	%	Δ Total
A3356	ARAME DE AÇO DE 4 mm	KG	253 900,00	0,80 €	203 120,00	42 250,00	0,80 €	33 800,00			0,00 €	0,00%	0,00
A3357	ARAME DE AÇO DE 5 mm	KG	350 422,22	0,90 €	315 380,00	570 000,00	0,91 €	518 700,00			-0,01 €	-1,10%	-3 504,22
B4469	BRITA 4/5	TN	25 000,00	9,00 €	225 000,00	25 000,00	9,00 €	225 000,00	25 000,00	225 000,00	0,00 €	0,00%	0,00
B4470	BRITA 10/14	TN	5 500,00	7,00 €	38 500,00	6 000,00	15,00 €	90 000,00			-8,00 €	-53,33%	-44 000,00
C5000	GRANULADO 3 mm	TN	150,00	120,00 €	18 000,00	150,00	50,00 €	7 500,00	150,00	18 000,00	70,00 €	140,00%	10 500,00
A2057	ARGILA 5	M3	25 000,00	20,00 €	500 000,00	25 000,00	5,00 €	125 000,00	25 000,00	500 000,00	15,00 €	300,00%	375 000,00
	SOMA				1 300 000,00			1 000 000,00		743 000,00			337 995,78

Nota. Elaboração Própria

3.2.2.4. Investimentos

Na área de investimentos consideramos algumas áreas do ativo não corrente, como por exemplo, ativos intangíveis, fixos tangíveis e propriedades de investimento, que iremos passar a explicar seguidamente.

Os ativos intangíveis (AI) estão regulamentados contabilisticamente na NCRF 6 – Ativos Intangíveis (Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho) onde está definido que é um ativo não monetário identificável e sem substância física (§8). Contudo podemos estar perante ativos adquiridos externamente ou ativos gerados internamente.

A situação que causa mais atrito é nos ativos gerados internamente. Na NCRF 6, no §60 (Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho) é referido o que é considerado como custo do ativo, tudo o que a entidade necessita para concluir o AI, desde ordenados dos funcionários que estão diretamente a trabalhar para tal a todos os dispêndios incorridos para assegurar a conclusão, como licenças ou softwares específicos. Contudo, pela NCRF 6, §55 (Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho) este deve ser reconhecido na fase de desenvolvimento, sendo que a entidade tem que conseguir demonstrar que é um ativo que tem “viabilidade técnica de concluir”. Como se trata de um intangível não é tão fácil afetar um custo como se fosse um tangível e que é algo palpável.

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis (AFT) está previsto na NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis, no §6 (Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho) refere-nos que podemos considerar como tangíveis os ativos que sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de serviços, para arrendamento ou para fins administrativos e que sejam usados durante mais do que um período económico. O reconhecimento do ativo deve ocorrer apenas quando for provável que futuros benefícios económicos fluam para a entidade ou o custo do item puder ser mensurados fiavelmente.

Por fim, temos as propriedades de investimento que estão regulamentadas contabilisticamente na NCRF 11 – Propriedades de investimento (Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho) acordo com o §5 estas propriedades são: terrenos, edifícios ou frações em que o proprietário tem o objetivo de obter rendas ou até mesmo para mensuração do capital e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou finalidades administrativas, e a sua venda não pode fazer parte do objeto social do negócio.

Os testes da análise e cálculo de depreciações e amortizações valida qualquer uma destas áreas referidas anteriormente, apesar destas áreas serem distintas estes dois testes são muito semelhantes nas três áreas, por isso, passarei a explicar os testes de forma a abordar as áreas correspondentes.

✓ **Análise de Adições e Diminuições**

A análise das adições tem como objetivo a conferência de gastos devidamente capitalizados. Ao invés, o PT das diminuições tem como objetivo a verificação da venda de bens assim como o cálculo das mais e menos valias e se os bens deixaram de figurar na apólice de seguro que estaria inserida, ou se estivermos a falar de um imóvel se não faz parte da caderneta predial.

Apesar de os objetivos serem ligeiramente diferentes, os procedimentos de ambos os testes são idênticos. Para começar terá que se fazer uma amostragem e posteriormente a verificação de suporte documental, desde a nota de encomenda, à fatura, ao pagamento, assim como o seu reconhecimento, mensuração e especialização. Também é necessária a evidência da conferência física (normalmente é feita em dias de visita à empresa ou de inventário), se os bens estão relacionados com a atividade da empresa e por fim se foi criada a ficha de artigo, também terá que se analisar a vida útil e o cálculo fiscal no modelo 32¹¹.

No que respeita à diminuição, adicionalmente teremos de verificar se o registo da mais ou menos valia fiscal foi corretamente calculada e se está de acordo com o mapa fiscal (modelo 31¹²). Caso estejamos perante um abate, temos de perceber se é obrigatório ou não a sua comunicação à AT e caso seja se existiu essa comunicação.

¹¹ O Modelo 32 em termos práticos é o mapa fiscal de depreciações e amortizações, o qual se destina ao apuramento e controlo das depreciações de ativos fixos tangíveis, de propriedades de investimento e dos ativos biológicos não consumíveis desde que mensurados ao modelo do custo, bem como das amortizações de ativos intangíveis.

¹² O Modelo 31 – Mapa de mais e menos valias.

✓ **Outros Testes Relevantes**

Para verificação do grau de cobertura dos bens ativos da empresa, assim como a especialização do próprio seguro a sociedade criou um PT denominado **Cobertura de Seguros**. Como podemos perceber, este teste tanto poderá dizer respeito à área de AFT como de PI. No entanto, é mais comum na AFT devido aos seguros de multirriscos, de recheio e automóvel.

Este teste consiste na verificação documental, que é realizado confrontando as apólices e os valores segurados (capital seguro) com os valores líquidos contabilísticos dos ativos, assim como o período de cobertura. É importante referir que o seguro de recheio, por vezes, para além dos equipamentos existentes em determinado edifício, também poderá englobar os inventários.

O auditor também terá que verificar a existência e registo dos bens, AFT e/ou PI, bem como a existência de eventuais ónus ou encargos sobre os mesmos, para isso, auxilia-se um PT designado de **controlo de bens imóveis**. Com este teste validamos a existência, a mensuração e se há indícios em imparidade de cada edifício bem como nos respetivos terrenos.

De igual forma, o auditor terá que verificar a existência e registo das viaturas, embarcações e/ou aeronaves, bem como a existência de eventuais ónus ou encargos sobre os mesmos, para isso, utiliza o PT do **controlo de bens móveis**. Para esta verificação comparamos os registos contabilísticos com a lista de viaturas da entidade. Normalmente, no site da Autoridade Tributária conseguimos obter acesso à lista completa de que a entidade é proprietária, assim como das especificações de cada viatura. Mas, terão de existir cuidados especiais por causa de viaturas em regime de locação financeira, aluguer de longa duração e, eventualmente, em *renting*.

De notar que nestas áreas são validadas as depreciações e amortizações, comparando os registos contabilísticos com os mapas fiscais (Modelo 32). O objetivo é a verificação de depreciações e amortizações inadequadamente calculadas. Os mapas fiscais por vezes podem não ser concordantes com os registos contabilísticos, visto que as taxas de depreciação podem não estar de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de

setembro¹³, porque a empresa pode considerar a vida útil diferente da fiscal. Para elaboração deste PT é necessário um conhecimento mais profundo sobre a empresa e sobre as situações em causa.

O impacto da COVID-19, no que concerne aos AFT, pode estar relacionado com os indícios de imparidade dos ativos, devido inatividade e quebra de atividade, conseqüentemente é necessário verificar caso a caso a necessidade de ajustar as taxas de depreciação, visto que, em casos extremos de inatividade, podemos ter ativos que não tenham gerado benefícios económicos à empresa, sendo que esta situação se torna sensível tanto para a Autoridade Tributária como para a Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

A Autoridade Tributária considera que a mudança de quotas de depreciação/amortização, no âmbito da atual conjuntura de Covid -19, não necessita de qualquer pedido de autorização, mas sim de uma mera comunicação por parte dos contribuintes, desta forma não estão dependentes de aceitação por parte da Autoridade Tributária, como podemos ver no §4 Ofício Circulado n.º: 20 234 (2021), relativo este assunto.

A visão da CNC não é tão linear quanto à mudança de quotas de depreciação, visto que, é posto em causa a mudança de política contabilística, ou seja, se a empresa tiver optado (antes COVID-19) pela utilização do método da linha reta que resulta num débito constante durante a vida útil do ativo (se o seu valor residual não se alterar) e posteriormente alterar para o método das unidades de produção, onde resulta num débito baseado no uso ou produção esperados. A CNC considera que a mudança de método “apenas será possível caso ocorra uma alteração significativa no modelo esperado de consumo dos benefícios económicos futuros” (Comissão de Normalização Contabilística, 2021), p. 2), caso a entidade o considere, terá que alterar a política contabilística e reexpressar as contas do ano anterior, de forma a cumprir com NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho).

¹³ Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, alterado posteriormente, entre outros, pelo Decreto Regulamentar n.º. 4/2015, de 22 de abril.

Situações Experienciadas:

Passando para uma situação prática, uma empresa que tem bens móveis enviou ao final do ano a lista das viaturas atuais, extraída do site da Autoridade Tributária, que se encontra demonstrado na figura 9. Posteriormente enviou o Modelo 32, das depreciações, que está demonstrado na figura 10.

Figura 9 - Lista de Veículos da AT

Lista de Veículos Automóveis

Matricula	Data Matrícula	Marca	Modelo	Proprietário/ Locatário
VU-53-94	16/09/1992	VOLKSWAGEN	POLO 86C-P	PROPIETÁRIO
51-CC-29	01/05/2015	OPEL	CORSA	PROPIETÁRIO
93-24-TC	12/02/2002	MERCEDES	CLK 200 K	PROPIETÁRIO
AB-24-QU	17/03/2021	TESLA	MODELO Y	PROPIETÁRIO

Nota. Elaboração própria.

Após a recolha dos dados passamos para o tratamento de dados, com o apoio no nosso papel de trabalho que se encontra na tabela 14, podemos verificar diversas situações.


A viatura *Volkswagen* não se encontra no mapa de depreciações, mas ainda está no site da Autoridade Tributária. Quando isto acontece pode ser pelos mais diversos motivos, como por exemplo, ter sido vendida no ano 2020 e o site ainda não ter a informação atualizada porque o processo ainda está a decorrer, ou até mesmo não terem transmitido à AT.

Quanto à segunda viatura, a *Opel*, podemos verificar que existe nos dois mapas analisados e que temos a informação que foi realizada uma grande reparação, que a empresa decidiu capitalizar. Com isto, a empresa no modelo 32 terá que ter uma linha com a aquisição e respetivo ano e outra com a reparação e o ano da reparação.

Nas outras situações podemos verificar que está registada tanto na Autoridade Tributária como no mapa de depreciações e até que a viatura que foi comprada no ano 2020 e que já tem toda a sua situação regularizada.

Concluindo, o teste tem com objetivo a verificação da existência e o registo das viaturas, embarcações e/ou aeronaves, bem como a existência de eventuais ónus ou encargos sobre os mesmos. Caso exista alguma discrepância, é necessário que o auditor indague a empresa para perceber se têm conhecimento da situação e se está a ser tratada a sua regularização.

Figura 10 - Modelo 32

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL				MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAções										 IRC	
PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO				NATUREZA DOS ACTIVOS:					MÉTODO UTILIZADO:					MODELO 32	
2020				ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS <input checked="" type="checkbox"/> ACTIVOS INTANGÍVEIS <input type="checkbox"/> PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO <input type="checkbox"/>					QUOTAS CONSTANTES <input checked="" type="checkbox"/> QUOTAS DECRESCENTES <input type="checkbox"/> OUTRO <input type="checkbox"/>						
Código de acordo com a tabela anexa ao DR nº	Descrição dos elementos do activo	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos fiscais			Perdas por imparidade aceites no período (art.38º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade recuperadas no período
		Mês	Ano	Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Número de anos de			Taxa %	Taxa corrigida %	Limite fiscal do período				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6) ou [(6)-(9)]x11	(13)	(14)	(15)=[(8)-[(12)+(13)]	(16)
Grupo I – Transportes															
1440	Opel - Corsa	5	2015	20 000,00	20 000,00		0,00	20 000,00	25,00%		0,00				0,00
1440	Mercedes Benz - CLK 200 K	2	2002	25 000,00	25 000,00		0,00	25 000,00	25,00%		0,00				0,00
1420	Tesla - Modelo Y	3	2021	65 000,00	65 000,00		4 062,50	0,00	6,25%		4 062,50				0,00
1440	Reparação Opel	12	2020	3 000,00	3 000,00		750,00	750,00	25,00%		750,00				0,00
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR				113 000,00	113 000,00		4 812,50	45 750,00			4 812,50	0,00		0,00	0,00

Nota. Elaboração Própria, com base nos o modelo 32 do imposto IRC.

Tabela 14 - Mapa de Controlo de Viaturas, Embarcações e /ou Aeronaves

Ativos Fixos Tangíveis - Controlo de viaturas, embarcações e/ou aeronaves

Revisão em: 31-12-2020

Viaturas, embarcações e e/ou aeronaves	Tipo	Matrícula	Data (mês/ano)	Custo de aquisição			Portal das Finanças	Combustível	Mapa dep.	Cont. Loc. Fin.
				Valor Aquis.	Valor G. Repar.	Valor total				
Volkswagen - Polo 86C-P	Volkswagen	VU - 53 - 94	set/92	18 000,00	0,00	18 000,00	✓	Gásleo	✗	✗
Opel - Corsa	Opel	51 - CC - 29	mai/15	20 000,00	3 000,00	23 000,00	✓	Gasolina/ GPL	✓	✗
Mercedes Benz - CLK 200 K	Mercedes Benz	93 - 24 - TC	fev/02	25 000,00	0,00	25 000,00	✓	Gasolina	✓	✗
Tesla - Modelo Y	Tesla	AB - 24 - QU	mar/21	65 000,00	0,00	65 000,00	✓	Elétrico	✓	✗

Nota. Elaboração Própria.

3.2.3. Considerações Finais

A partir do trabalho desenvolvido ao longo do estágio, que envolveu todas as áreas de auditoria, foram selecionadas quatro áreas para desenvolver no presente relatório, que são: terceiros, estado e outros entes públicos, inventários e investimentos. Estas foram de facto aquelas que tivemos oportunidade de explorar mais pormenorizadamente. Também fizemos uma pequena análise de possíveis impactos que a COVID-19 trouxe às empresas.

Após estas análises aprofundadas podemos reter que a circularização de terceiros se torna o papel de trabalho mais relevante para validação da área de terceiros, sendo que para a seleção da amostra são utilizados vários tipos de procedimentos analíticos, como a análise de tendências e de regressão. Como conseguimos ver um dos critérios utilizados para a seleção da amostra é seleção aleatória por parte do programa, estando presente desta forma a análise de regressão.

A contagem física de inventário torna-se igualmente importante para a validação da sua área, apesar de existirem papéis de trabalho cruciais para validar a valorização do mesmo, visto que é tão importante validar as quantidades como a mensuração dos artigos.

Na área do Estado conseguimos verificar o impacto que a COVID-19 trouxe devido à constante mudança de regras e aprovação de leis para apoio às entidades. Esta área torna-se relevante não pelos valores ou materialidade, mas sim pelo pressuposto da prudência.

Por fim, foi analisada a área de investimentos, sendo uma área de grande revelo no ativo não corrente, a qual inclui ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimentos.

Apesar de se ter desenvolvido quatro áreas, é importante lembrar que a sociedade valida grande parte das áreas existentes no cliente e realiza mais testes nesse sentido. Sempre que a sociedade se depara com situações que não sejam tão recorrentes, elabora novos papéis de trabalho de forma a poder ser validado.

Conclusões

No decorrer do estágio curricular em auditoria financeira realizado na empresa CFA foi possível aplicar grande parte dos conhecimentos teóricos e académicos adquiridos no decorrer do mestrado em contabilidade, ramo de auditoria. Profissionalmente, este estágio foi uma grande oportunidade de enriquecimento pessoal, tendo sido dadas todas as ferramentas e apoio necessários para desenvolver uma carreira na área de auditoria.

Durante o estágio as atividades que foram efetuadas tiveram sempre a supervisão de um auditor sénior, que orientava as tarefas pedidas e supervisionava de forma a cumprir com o exigido. Devido à dimensão que a CFA apresenta existe uma grande diversidade de clientes e setores de negócio, o que nos proporcionou estar em contacto com as mais diversas realidades, e perceber o funcionamento das mais diversas empresas, levando assim a ser mais benéfico para a formação profissional.

Relativamente às fases de auditoria, os procedimentos analíticos ocorrem maioritariamente no planeamento e execução da auditoria, no entanto, não significa que nas restantes fases não sejam utilizados. Desta forma, estes procedimentos permitem que o auditor tenha uma visão geral das variações ocorridas entre períodos homólogos, possibilitando comprovar as oscilações ocorridas.

Considero que é de extrema importância a utilização destes procedimentos analíticos desde logo no planeamento, visto que poderá proporcionar ao auditor maior eficácia e também melhor eficiência, uma vez que os testes substantivos poderão funcionar como complemento dos procedimentos analíticos, que de certa forma os definiram.

Em suma, ao nível das competências adquiridas, podemos dizer que este estágio nos proporcionou conhecer, na prática, os vários tipos de procedimentos analíticos, aplicados ao longo de todas as fases de auditoria, conhecer a sua ligação à definição de outros testes substantivos e também, muito importante, que tem alguns inconvenientes que o auditor deve minimizar.

Na esfera pessoal, o estágio superou as minhas expectativas, tendo desenvolvido conhecimentos e experiência profissional. Também me possibilitou o conhecimento e integração no mercado de trabalho, concretamente nos quadros da CFA. Considero que

apesar de a empresa ter uma grande dimensão, também se encontra muito bem organizada de forma e ser facilmente perceptível a hierarquia e o sistema interno da empresa.

Neste processo, a maior dificuldade que tive que enfrentar foi o início da pandemia COVID-19, apareceram algumas adversidades no trabalho de auditoria que até os mais experientes tiveram que se adaptar. Neste contexto, também tive a oportunidade de experienciar como as empresas se ajustaram e como a CFA enfrentou as adversidades e concluiu a auditoria das empresas.

Como últimas palavras, posso concluir que o estágio que tive a oportunidade de vivenciar cumpriu todos os objetivos estabelecidos, sobretudo os relacionados com a ligação efetiva da Universidade (neste caso, Universidade de Aveiro), com as empresas (CFA), envolvendo a empregabilidade dos estudantes.

Referências Bibliográficas

- Almeida, B. de. (2014). *Manual de auditoria financeira: Uma análise integrada baseada no risco*. Escolar Editora.
- Almeida, M. de. (2016). *Relatório de estágio: A utilização dos procedimentos analíticos de auditoria* [Master's thesis, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro). <http://hdl.handle.net/10773/16915>
- Alves, J. J. dos S. (2015). *Princípios e prática de auditoria e revisão de contas*. Edições Sílabo.
- American Institute of Certified Public Accountants. (2009). *AICPA audit and accounting manual: nonauthoritative practice AID*. AICPA.
- Andrade, L. A., & Barros, C. (10-11, outubro, 2013). *A utilização de procedimentos analíticos complexos em PME: Estudo de caso* [comunicação apresentada]. XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, 10–11. <https://www.occ.pt/news/comcontabaudit/trabalhos.html>
- Arens, A. A., Elder, R. J., & Beasley, M. S. (2014). *Summer 2010 Update for Auditing and Assurance Services: An Integrated Approach* (13th ed.). Pearson Education Limited.
- Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho do Ministério das Finanças, Diário da República: II série, n.º 146 (2015). <https://data.dre.pt>
- Bernardino, D., Pedrosa, I., & Laureano, R. M. S. (13-16, junho, 2018). *Métodos analíticos para auditoria e deteção de anomalias/fraude* [comunicação apresentada]. Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI). <https://doi.org/10.23919/CISTI.2018.8399429>
- Breia, A. F., Mata, M. N., & Pereira, V. M. (2014). *Análise económica e financeira: Aspetos teóricos e casos práticos*. Letras e Conceitos, Lda.
- Carvalho, F. A. da S. (2017). *Relatório de estágio: Auditoria financeira da teoria à prática* [Master's thesis, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/24900>
- Comissão de Normalização Contabilística. (2021, maio 7). *Recomendação sobre o tratamento contabilístico das depreciações/amortizações dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis no âmbito da pandemia de COVID-19*. http://www.cnc.min-financas.pt/COVID19_CNCE.html
- Costa, A. (2007). Importância crescente dos procedimentos analíticos em auditoria. *Revisores e Auditores*, 38, 36–45.
- Costa, C. (2018). *Auditoria Financeira: Teoria & Prática* (12th ed.). Letras e Conceitos, Unip. Lda.
- Decreto-Lei n.º 262/86 de 2 de setembro do Ministério da Justiça, Diário da República: I série, n.º 201 (1986). <https://data.dre.pt>
- Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro do Ministério das Finanças e da Administração

- Pública, Diário da República: I série, n.º 178 (2009). <https://data.dre.pt>
- Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E., & Neiva, J. (2019). *Análise financeira: Teoria e prática: Aplicação no âmbito do SNC* (5th ed.). Edições Sílabo, Lda.
- Hayes, R., Dassen, R., Schilder, A., & Wallage, P. (2005). *Principles of Auditing: An Introduction to International Standards on Auditing* (2nd ed.). Prentice Hall.
- IFAC. (2018). *Guia de aplicação das ISA: Conceitos fundamentais e orientação prática*. IFAC.
- International Auditing and Assurance Standards Board. (2018). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados* (Vol. 1). IAASB. [https://www.oroc.pt/uploads/normativo_tecnico/auditoria-normativo_ifac/Signed/Manual de Normas 1_OROC_2019.pdf](https://www.oroc.pt/uploads/normativo_tecnico/auditoria-normativo_ifac/Signed/Manual_de_Normas_1_OROC_2019.pdf)
- Lennikova, K. V. M. (2018). *Aplicação dos procedimentos analíticos para deteção de indícios de fraude nas demonstrações financeiras* [Master's thesis, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa]. Instituto Politécnico de Lisboa - Repositório Científico. <http://hdl.handle.net/10400.21/9723>
- Ofício Circulado n.º: 20 234, Direção de Serviços do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas: Processo, n.º2285 (2021). <https://info.portaldasfinancas.gov.pt/>
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (2008). *Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*. <https://www.oroc.pt/a-ordem/codigo-de-etica/>
- Pinho, C. P. R. D. S. (2009). *A utilização de procedimentos analíticos de auditoria: O caso português* [Doctoral dissertation, Universidade Aberta]. Repositório Institucional da Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/1577>
- Rose, A. M., Rose, J. M., Suh, I., & Thibodeau, J. C. (2020). Analytical procedures: Are more good ideas always better for audit quality? *Behavioral Research in Accounting*, 32(1), 37–49. <https://doi.org/10.2308/bria-52512>
- Silva, A. S. V. C. e. (2010). *Os procedimentos analíticos na auditoria a pequenas e médias empresas* [Master's thesis, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/3572>
- Tušek, B., Ježovita, A., & Halar, P. (2021). The importance and differences of analytical procedures' application for auditing blockchain technology between external and internal auditors in Croatia. *Economic Research-Ekonomska Istrazivanja*, 34(1), 1385–1408. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2020.1828129>
- Universidade de Aveiro. (31, março, 2021). ISCA-UA e CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados criam novo Prémio Escolar. *Notícias - Universidade de Aveiro*. <https://www.ua.pt/pt/noticias/11/67463>
- Whittington, R. (2009). *Analytical Procedures for Small Business Engagements*. AICPA.
- Wilson, A. C., & Hudson, D. (1989). An empirical study of regression analysis as an analytical procedure. *Contemporary Accounting Research*, 6(1). <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1989.tb00753.x>

Anexos

Anexo 1 – Notícias

Figura 11 - Notícia de Parceria da CFA com o ISCA-UA

ISCA-UA e CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados criam novo Prémio Escolar

31 março 2021

f t in

O Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (ISCA-UA) e a empresa CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados assinaram, a 30 de março de 2021, um protocolo para atribuição de um novo prémio. Este destina-se a premiar o melhor aluno do Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão.



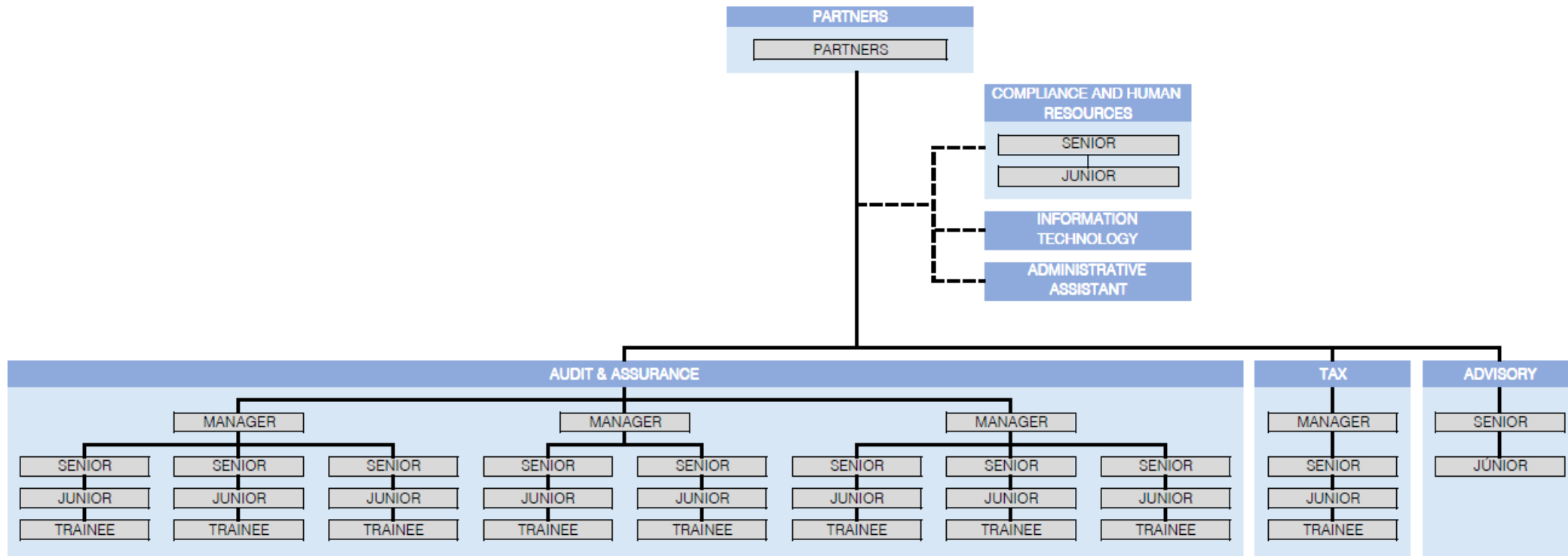
Na altura, a Diretora do ISCA-UA congratulou-se com esta parceria que vem afirmar ainda mais a política que tem sido seguida de premiar a excelência dos alunos e, concomitantemente, aproximar a Instituição a empresas que são, também elas, referência nos seus setores de atividade.

A CFA refere que “para além desta parceria, que muito nos orgulha, acolhemos nos últimos 4 anos, 15 estagiários da instituição e desafiámos hoje a Diretora do ISCA-UA a acompanhar-nos, já que pretendemos intensificar a nossa política de acolhimento de estágios curriculares, não só por motivações empresariais, mas também por questões de responsabilidade social e de uma maior ligação entre academia e o mundo empresarial.”

Nota. Notícia publicada em Universidade de Aveiro. (2021, março 31). ISCA-UA e CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados criam novo Prémio Escolar. Notícias - Universidade de Aveiro. (<https://www.ua.pt/pt/noticias/11/67463>).
©Universidade de Aveiro 2021

Anexo 2 – Organograma da Empresa CFA

Figura 12 - Organograma CFA



Nota. Reproduzido com autorização da empresa CFA